

# O GOLPE DA DEMOCRACIA NA DITADURA

## THE DEMOCRACY HIT IN THE DICTATORSHIP

### RESUMO

**Introdução:** o presente trabalho tem a finalidade de resgatar e mostrar para a sociedade uma capítulo interessante e curioso de nossa história que por algum motivo, não sei qual é, está fora dos livros de história, estranho pois os livros didáticos estão cheios de episódios de golpes de Estado, quer sejam civil ou militar, tais livros não escondem os horrores dos regimes ditatoriais, o desrespeito ao direitos fundamentais e às garantias individuais, no entanto, um capítulo onde tudo se inverte e a ditadura leva um golpe de Estado, onde os opressores são surpreendidos pelos oprimidos simplesmente fica fora da nossa história, pena, pois seria um capítulo onde se mostra que a justiça vale a pena, que lutar pelos nossos direitos é buscar a justiça, e esta vem, às vezes com um pouco de atraso, mas vem.

**Palavras-Chave:** Golpe de Estado; Democracia; Justiça.

### ABSTRACT

**Introduction:** this work aims to rescue and show society an interesting and curious chapter of our history that, for some reason, I don't know which one, is out of the history books, strange because the textbooks are full of episodes of scams State, whether civil or military, such books do not hide the horrors of dictatorial regimes, disrespect for fundamental rights and individual guarantees, however, a chapter where everything is reversed and the dictatorship takes a coup d'etat, where oppressors are surprised by the oppressed is simply out of our history, pity, because it would be a chapter showing that justice is worthwhile, that fighting for our rights is to seek, justice, and this comes, sometimes with a little delay, but it comes.

**Keywords:** Coup d'etat; Democracy; Justice.

## INTRODUÇÃO

Após um longo período de ditadura militar no Brasil, e com as eleições sempre sendo realizadas de modo indireto, ou seja, sem a participação popular. Após longos anos de protestos por parte da população brasileira, de os cidadãos deste país irem às ruas exigir o direito de escolher seus próprios representantes através do movimento diretas já, o governo militar decide que está na hora de entregar o poder ao povo brasileiro e deixar que eles escolham o seu destino.

Embora as eleições presidenciais do ano de 1985 o candidato mais cotado para vencê-la, Tancredo Neves, tinha também o apoio da população em geral, seria a última eleição indireta, a próxima já seria através do voto direto, através do sufrágio popular, porém seria uma eleição indireta com cara de eleição direta, pois se assim o fosse o resultado seria o mesmo.

Tancredo de Almeida Neves percorreu uma longa carreira na política brasileira, foi vereador, deputado federal, governador, senador, ministro da justiça de e negócios interiores de junho de 1953 até o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e até mesmo primeiro ministro do Brasil, embora poucos saibam disso, cargo que exerceu após a renúncia de Jânio Quadros, ocupando este cargo de setembro de 1961 a julho de 1962.

Tancredo Neves faz parte da história da política brasileira e de nosso país do qual se tornou um dos políticos mais importantes do século XX, sua trajetória política deixou seu nome para sempre em nossa história, porém, a sua mais importante atuação política foi quando mesmo doente em uma cama de hospital, Tancredo de Almeida Neves conseguiu dar um golpe na ditadura.

Contrariando a constituição da época e todas as probabilidades conseguiu fazer com que seu vice, José Sarney, entrasse em exercício do cargo de presidente da república, mesmo sem ter tomado posse e sem previsão constitucional para tanto, Tancredo Neves de uma cama de hospital em nome da democracia deu um golpe na ditadura.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

**Caracterização do Estudo:** Analisar a constituição de 1967 e seus artigos para assim comprovar ou não a tese de golpe de Estado de Tancredo Neves e seus correligionários na ditadura militar no Brasil existente naquela época.

**Amostra:** o presente trabalho será elaborado por pesquisas dadas por meio: bibliográfico, artigos científicos, legislação brasileira e sites direcionados para o tema em análise.

**Procedimentos do estudo:** A pesquisa será apresentada visando ressaltar a posse do vice-presidente, levantando seu aspecto de legalidade ou ilegalidade, constitucionalidade e inconstitucionalidade à luz da legislação da época, ressaltando ainda a visão política do momento e as possíveis consequências de uma atitude oposta à tomada naquele momento da história brasileira.

### **1 – O REGIME MILITAR E A CONSTITUIÇÃO DE 1967**

Embora digam que o golpe foi militar, na verdade, não foi, foi um golpe civil-militar, uma vez que os militares contavam com apoio de uma grande parte da população brasileira de classe média-alta, sem este apoio o golpe não seria possível, também os empresários, a imprensa, o IPES e o IBAD, financiados pelos Estados Unidos e o próprio Estados Unidos, apoiavam o golpe.

As ações do governo de Jango, duas em especial, aumentaram a oposição do governo americano ao governo de Jango, passando a financiar as movimentações golpistas no Brasil. A primeira ação foi a Lei de Remessas de Lucros de 1962, que impedia multinacionais de enviar mais do que 10% de seus lucros para o exterior. A segunda medida que desagradava aos americanos era a continuidade da política externa independente do Brasil e praticada pelo Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas.

A conspiração que se criou naquele cenário contra o governo de João Goulart, era apenas resultado das ideias de reforma de base do governo de João Goulart, vários grupos conservadores temiam a ascensão dos movimentos sociais, em especial os movimentos de camponeses, operários e estudantes.

As Reformas de Base foram um programa social estipulado pelo governo de João Goulart, Jango, que tratava de uma reestruturação social na sociedade brasileira, criando-se uma pauta onde se promoveu um debate a respeito dos obstáculos sociais e estruturais da sociedade brasileira. As reformas de base tinham por escopo principal as reformas: agrária, tributária, eleitoral, bancária, urbana e educacional. Sendo a que teve maior resistência dentre todas essas propostas a da reforma agrária, pois como até os dias atuais mexe com os interesses de poderosos latifundiários.

O golpe contra João Goulart tinha programação de execução em torno do dia 10 de abril, onde seria implementado em uma ação conjunta de: militares, membros do IPES e dos EUA (os americanos organizavam-se a partir da Operação Brother Sam). O governo dos Estados Unidos tinha tanto interesse na efetivação do golpe militar que negociou com os golpistas uma ajuda caso o mesmo falhasse.

O núcleo golpista, comandado por Humberto Castello Branco após negociação com os Estados Unidos arquitetaram a Operação Brother Sam, onde ficou definido que caso golpe falhasse uma tropa americana ficaria responsável pela invasão ao Brasil, para destituir o presidente e passar o poder aos militares.

No dia 31 de março, uma rebelião organizada por Olympio de Mourão, comandante da 4ª Região Militar, deu início ao golpe civil-militar, iniciando uma rebelião em Juiz de Fora, com suas tropas marchando em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo único de derrubar o governo. A rebelião de Mourão contava com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, apoio que em um primeiro momento, foi visto com desconfiança por membros das Forças Armadas, como Castello Branco.

Enquanto tudo se desenrolava, João Goulart manteve-se totalmente inerte, não tomando ações efetivas que visassem deter o avanço dos planos dos militares, que naquele momento marchavam contra o seu governo. Mesmo ansiando por uma ordem de resistência vindo de seus superiores, esta ordem que nunca veio.

João Goulart, Jango, tinha informações que comprovavam o envolvimento dos Estados Unidos no golpe militar e sabia que uma resistência teria como consequência uma famigerada e cruel guerra civil, o que o presidente não aceitava como uma possibilidade viável, não se manteria no poder às custas de milhares de mortes de inocentes, por isso ficou-se inerte e aceitou pacificamente o golpe e suas consequências.

Amaury Kruel, aliado de João Goulart ao vê-lo sem reação, retirou seu apoio a Jango, colocando-o em isolamento e afastando-o de qualquer possibilidade de resistência interna nos quadros das Forças Armadas.

O regime militar tomou o poder em 31 de março de 1964 após uma sequência de acontecimentos que culminaram com a queda do governo de João Goulart eleito democraticamente, momento em que Ranieri Mazzilli assumiu a presidência de maneira provisória.

Durante o tempo que tais acontecimentos aconteciam, a Junta Militar que se formou, organizava organizar as bases para o início da ditadura no Brasil, sendo que em 9 de abril de 1964, foi emitido o Ato Institucional nº 1. dois dias depois, Humberto Castello Branco foi eleito indiretamente presidente do país.

A respeito dos golpistas o AI-1 fazia a seguinte afirmação “in verbis”:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo.

Enquanto os militares marchavam contra o governo, os parlamentares brasileiros resolveram agir e, no dia 2 de abril de 1964, Auro de Moura, Senador da República, declarou vaga a presidência da República e abriu o caminho para que a Junta Militar tomasse o poder do Brasil. No dia 9 de abril, foi decretado o Ato Institucional nº 1 e a Ditadura Militar no Brasil começou a ganhar forma, perdurando por um período de 21 anos, até o movimento diretas já em 1985.

## **1-1 O MOVIMENTO DIRETAS JÁ**

## 1-2 O GOLPE DA DEMOCRACIA NA DITADURA MILITAR

Como uma parcela dissidente dos militares não concordavam com a entrega do poder à população brasileira, a morte de Tancredo Neves era uma oportunidade imperdível para um novo golpe, um golpe militar promovido pelos próprios militares nos militares. Sabendo disso a parte dos militares que concordavam com a transferência do poder estavam preocupados e ansiosos por uma resposta, mas, uma resposta que fosse dentro da legalidade e assim decidiram que o vice-presidente José Sarney tomasse posse e assumisse a presidência.

Com esta manobra, a meu ver mais política do que legal, garantiu-se a transferência de poder dos militares ao povo brasileiro, substituindo a ditadura pela democracia e as eleições indiretas por eleições diretas, como o povo exercendo realmente o direito de escolher seus próprios governantes.

Porém tal manobra foi inconstitucional, pois a constituição de 1967 dizia em seu artigo 78 "ipsis litteris":

Art 78 - O Presidente tomará posse em sessão do Congresso Nacional e, se este não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 1º - O Presidente prestará o seguinte compromisso:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a Integridade e a independência do Brasil."

§ 2º - Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou Vice-Presidente, salvo por motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pelo Congresso Nacional.

Aqui surge uma dúvida jurídica de não tão complicado entendimento bastando para compreensão uma simples leitura no artigo 78, se no caput do artigo está escrito que somente o presidente toma posse, entendemos que o vice presidente não o faz, ou seja, nesta constituição o vice-presidente não toma posse diferentemente do que está previsto em nossa constituição atual.

No § 2 do mesmo artigo está escrito que se decorridos dez dias da posse, o presidente ou o vice-presidente, salvo por motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago, o que nesse caso, equivale a dizer que o cargo deveria ser declarado vago e não poderia ter sido assumido pelo vice-presidente.

Novamente o artigo se refere à posse, remetendo ao presidente da república, sendo o mesmo que dizer que decorrido dez dias da posse do presidente, um dos dois teria que entrar em exercício, porém o presidente não tomou posse, não podendo o vice-presidente entrar em exercício, na constituição de 1967 o vice-presidente somente poderia assumir algum compromisso de substituir ou suceder o presidente após a posse do presidente, uma vez que o vice-presidente teria apenas papel figurativo.

Explico o motivo da seguinte forma, somente o presidente toma posse no cargo, segundo a constituição de 1967, e apenas quem toma posse pode entrar em exercício, é assim ainda hoje em concursos públicos, se você não toma posse não entra em exercício, porque um depende do outro, e como o vice-presidente não toma posse ele não entra em exercício, sendo lhe reservado qualquer direito somente após a posse do presidente.

Sendo assim a única maneira do vice-presidente José Sarney ter substituído o presidente Tancredo Neves legalmente, seria se este tivesse tomado posse, porque para aquela constituição a posse do vice-presidente se pressupunha com a posse do, não havendo posse do presidente, o cargo deveria ter sido declarado vago e se realizado novas eleições, o que seria um ótimo momento para que os dissidentes do regime militar tomassem o poder e dessem continuidade ao governo ditatorial do regime militar.

Para corroborar meus argumentos vejamos o que diz os artigos 79 a 81 da constituição de 1967 “in verbis”:

Art 79 - Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente.

§ 1º - O Vice-Presidente, considerar-se-á eleito com o Presidente registrado conjuntamente e para igual mandato, observadas as mesmas normas para a eleição e a posse, no que couber.

§ 2º - O Vice-Presidente exercerá as funções de Presidente do Congresso Nacional, tendo somente voto de qualidade, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar.

Art 80 - Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o

Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art 81 - Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus

antecessores.

Neste sentido temos explicitado que o vice-presidente apenas substitui ou sucede a vaga do presidente e para substituir ou suceder, o presidente teria que ter tomado posse, o que naquela situação não ocorreu, neste quesito a nossa constituição cidadã aprendeu com o erro deixando claro que tanto o presidente quanto o vice-presidente devem tomar posse.

Interessante notar que até a numeração dos artigos é a mesma na nossa constituição cidadã, copiando o texto quase literal da constituição de 1967, “*ipsis litteris*”

Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

A única diferença entre os artigos transcritos de uma constituição para a outra, mesmo que a de constituição de 1967 não fosse tão cidadã, é que no artigo 78 acrescentou-se a figura do vice-presidente, este pequeno fato demonstra o quão certo eles estavam da inconstitucionalidade do ato que empreenderam para derrubar a ditadura e restaurar a democracia, mas, nada mais justo do que terminar com um golpe de Estado o que começou com um golpe de Estado, justiça poética, interessante porém que os juristas nem da época e nem atuais se dignaram a esclarecer tal fato histórico.

## **7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos fatos narrados, restou comprovado que embora a constituição da época não permitisse a entrada em exercício do cargo de presidente da república, pelo seu vice, assim foi feito, uma vez que se tal fato não ocorresse a volta da democracia no Brasil e o fim da ditadura militar estariam comprometidas.



Sendo demonstrado que mesmo que uma parte dos militares desejasse a volta da democracia e a devolução do poder à população brasileira havia também uma parte contrária a isso, que desejavam se manter no poder e com isso a ditadura militar.

Vale ressaltar aqui que muitos políticos daquela época apoiavam a ditadura, entre eles, Paulo Maluf, e mesmo o vice-presidente, José Sarney, o qual rompeu com a ditadura para se aliar a Tancredo Neves, sendo visto como traidor por militares da época, o que também incentivou essa entrada em exercício do cargo, mesmo que inconstitucional, pois caso assim não o fizesse de imediato, correria o risco dos militares dissidentes arquitetarem um plano para se manter no poder, mesmo que através de um golpe.

Na verdade, o golpe aplicado pela democracia na ditadura foi um meio de defesa da democracia e dos cidadãos brasileiros, se tal golpe não houvesse ocorrido, talvez estivessemos até hoje vivendo uma ditadura militar, com restrições de direitos e garantias individuais.

## **REFERÊNCIAS:**

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/golpe-de-64.htm>, acessado em 27/03/2020,

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm> , acessado em 27/03/2020

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/direta-ja.htm>

<https://www.todamateria.com.br/diretas-ja/>

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>

<https://www.todapolitica.com/diretas-ja/>

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/diretas-ja>

<https://jus.com.br/artigos/70459/diretas-ja-o-movimento-pela-redemocratizacao-brasileira>

<https://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,diretas-ja,874,0.htm>

<http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/172-diretas-ja-o-povo-volta-as-ruas.html>

# A COBERTURA DA REDE GLOBO SOBRE O MOVIMENTO "DIRETAS JÁ": CHOQUE DE VERSÕES

## HISTÓRIA

De 1964 até 1985, o Brasil viveu o período da ditadura militar, com o povo excluído do processo de eleição para presidente. Na fase final do regime, entre 1983 e 1984, o movimento das “Diretas Já” teve participação popular e ganhou as ruas das principais cidades brasileiras.

<http://brasilei>

86

## RESUMO

De 1964 até 1985, o Brasil viveu o período da ditadura militar, com o povo excluído do processo de eleição para presidente. Na fase final do regime, entre 1983 e 1984, o movimento das “Diretas Já” teve participação popular e ganhou as ruas das principais cidades brasileiras. Os manifestantes exigiam eleições diretas para Presidência da República. Uma parte da sociedade brasileira – na época e ainda hoje - acusa a tevê Globo de omitir em seus telejornais a importância da campanha favorável a eleições para presidente. A suposta falta de comprometimento da tevê Globo no caso das Diretas, gerou polêmicas e discussões na época do acontecimento e ainda é um tema polêmico nos dias atuais. Diante deste contexto político-histórico, o projeto consiste em fazer o levantamento sobre a conduta jornalística adotada pela emissora carioca no movimento das “Diretas Já”. O presente estudo pretende apresentar para os leitores, os argumentos da emissora de Roberto Marinho, defendendo-se das acusações de omitir as manifestações dos diretistas, e a análise de jornalistas e autores de livros condenando a postura do jornalismo da Rede Globo no episódio.

Palavras-Chaves: Rede Globo, “Diretas Já”, Cobertura Jornalística.

## INTRODUÇÃO

O objetivo geral do projeto é apresentar para o leitor as divergentes visões a respeito da cobertura da Rede Globo no movimento das “Diretas Já” entre março de 1983 e abril de 1984. O posicionamento de alguns autores contrários ao trabalho jornalístico

realizado pela emissora, e a defesa da tevê Globo através do livro *Jornal Nacional – A Notícia Faz História*, lançados em 2004, em comemoração aos 35 anos do *Jornal Nacional* servem como base para os confrontos sobre o tema.

O projeto tem cunho multidisciplinar, e pode oferecer subsídios para vários pesquisadores: acadêmicos, jornalistas, historiadores, sociólogos, geógrafos, antropólogos, cientistas-políticos. Além disso, outra relevância do projeto é despertar o senso crítico nos leitores, levando-os ao questionamento da conduta jornalística adotada pela Rede Globo na época do movimento das “Diretas Já”.

O principal tipo de pesquisa utilizado será a bibliográfica, constituída principalmente por livros e artigos científicos. Na elaboração do projeto vale mencionar como fundamentação teórica e fonte de estudo, o livro *Jornal Nacional – A Notícia Faz História* e as bibliografias de alguns autores: Venício A. de Lima, Eugênio Bucci, Carolina Matos, Daniel Herz, Boris Fausto, Thomas Skydmore, Mario Sergio Conti.

A pesquisa é um tema relevante do ponto de vista político, econômico e social. O assunto envolve toda a sociedade e os seus resultados podem contribuir para maior reflexão do público em relação à cobertura jornalística da Rede Globo na campanha das diretas.

No capítulo II foi feita a síntese sobre os antecedentes da campanha das Diretas Já. Isso inclui a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. A partir daí, será destacado o desenrolar da posse de João Goulart, o golpe dos militares e os anos que estes ficaram no poder, até chegar a campanha das “Diretas Já” em 1983.

O terceiro capítulo tem como objetivo principal localizar a campanha no tempo. Como estava o Brasil na época? Quem eram os principais políticos? O que estava acontecendo? Além disso, será destacada a Emenda Diretas Já, do deputado Dante de Oliveira e a campanha nacional pelo retorno ao direito de se votar em todas as instâncias.

Após os leitores serem posicionados sobre as questões históricas nacionais, o quarto capítulo colocou em discussão a cobertura jornalística da Rede Globo, com relação à campanha pelas eleições diretas para Presidência da República e o confronto de opiniões a respeito do tema. Por fim, o último capítulo faz uma análise sucinta da postura da Rede Globo na cobertura jornalística do movimento das “Diretas Já”, e as possíveis reflexões sobre este importante tema no processo de redemocratização Brasileira.

## *O MOVIMENTO DAS “DIRETAS JÁ”: CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO BRASILEIRO*

O movimento das “Diretas Já” completou 25 anos em abril de 2009. Na época do acontecimento milhões de brasileiros de todas as partes do país, saíram nas ruas exigindo eleições para presidente da República. A maioria dos veículos de comunicação fez a cobertura do evento, mas a postura jornalística adotada pela Rede Globo gerou polêmicas e discussões durante o período e até nos dias atuais. Qual foi o posicionamento da emissora no episódio? Quais as relações da Rede Globo com os interesses políticos e econômicos?

Alguns fatos históricos como: A renúncia do presidente Jânio Quadros, o governo João Goulart, o Regime Militar e as “Diretas Já” são os primeiros passos para entender e responder as perguntas. Uma breve reflexão destes acontecimentos é uma forma de compreender o papel da imprensa, e ação da TV Globo no movimento de 1984.

### **O REGIME MILITAR E A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL**

Em janeiro de 1961, quando Jânio Quadros[1] assumiu a presidência do país, algumas atitudes preocuparam tanto os representantes norte-americanos (empresas multinacionais) quanto a classe dominante brasileira formada pelos empresários, banqueiros, militares, proprietários de terras, Igreja Católica e classe média. Entre algumas medidas de impactos, para a época, o presidente restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e condecorou com a Ordem do Cruzeiro do Sul, um dos líderes da revolução Cubana, Ernesto “Che” Guevara. De acordo com o professor Boris Fausto autor do livro História do Brasil:

Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda – que tinha sido eleito governador da Guanabara – fez um discurso, transmitido pelo rádio, denunciando uma tentativa de golpe janista articulado pelo ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta. Estranhamente, teria sido convidado a aderir a ele. Pedroso Horta negou a acusação. Logo no dia seguinte, Jânio renunciou à presidência da República, comunicando a decisão ao Congresso Nacional. (FAUSTO, 2000, p.440)

Um dos opositores de Jânio Quadros, o governador do estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro), Carlos Lacerda, acusou Quadros de estar preparando um golpe de estado. Desacreditado entre as massas populares, sem apoio dos setores de direita e esquerda, Jânio Quadros acabou renunciando sete meses após o início de seu mandato. Após a renúncia de Jânio, houve a tentativa de impedir a posse de João Goulart[2]. Segundo Júlio Jose Chiavenato:

Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961. No dia seguinte, os ministros militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart, que estava em missão oficial na China Popular. O plano militar, insuflado por um primário anti-comunismo liderado pelo governador Carlos Lacerda, previa uma eleição indireta, com a finalidade de levar um general ao poder: O senador Jeferson Aguiar enviou ao Senado uma emenda constitucional propondo eleições indiretas e impedindo a posse de Jango. Mas a manobra golpista não deu certo. A Câmara dos Deputados, em sessão permanente desde a renúncia, negou-se a receber a emenda. Os conspiradores não conseguiram articular um golpe que obstruísse legalmente a investidura do vice. Enquanto isso, o então presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazili, exercia interinamente a Presidência da República, conforme determinava a Constituição, no caso da ausência do presidente e do vice. Mas Ranieri Mazili enviou ao Congresso uma mensagem endossada pelos ministros militares, afirmando que era desaconselhável, “por motivo de segurança nacional”, que Goulart voltasse ao Brasil. (CHIAVENATO, 2004, p. 17)

Em setembro de 1961, o Congresso aprovou um ato adicional estabelecendo o sistema parlamentarismo de governo no Brasil. A medida limitou os poderes de João Goulart e foi à condição para que assumisse o cargo. Goulart convocou um plebiscito para dia 06 de janeiro de 1963, com o propósito de decidir sobre a manutenção ou não do sistema parlamentar. O resultado foi o retorno ao presidencialismo e entrega dos poderes retirados em 1961. Durante dezesseis meses do período parlamentar, o presidente dividiu o poder Executivo com um primeiro ministro indicado pelo Legislativo. Os gabinetes

ministeriais foram sucedidos por três primeiros-ministros: Tancredo Neves, Brochado Rocha e Hermes Lima.

Após a volta do presidencialismo, Goulart preparou o chamado programa de Reformas de Base. O projeto incluía a reforma agrária, reforma eleitoral, concedendo o direito de voto aos analfabetos; a reforma universitária, aumentando o número de vagas nas universidades públicas; a reforma bancária; a reforma urbana; a reforma educacional; etc. As reações dos proprietários rurais, setores empresariais e militares com a política do governo tornavam-se cada vez mais acentuadas, ao mesmo tempo, os movimentos populares pressionavam para que as reformas fossem concretizadas e até ampliadas. Entretanto, o presidente não teve tempo para realizar seu programa. Para o professor Thomas E. Skidmore, em seu livro *Brasil: de Castelo a Tancredo*.

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares”; o segundo era “restabelecer a ordem de modo que pudessem executar reformas legais”. O primeiro foi fácil. O segundo seria muito mais difícil. (SKIDMORE, 1988, p. 45)

Na noite de 31 de março para 1º de abril, tropas de Juiz de Fora, avançaram em direção ao Rio de Janeiro. Outros comandantes militares também mobilizaram suas tropas contra o governo. No período de 1964 a 1985, o comando das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) controlou o poder político no Brasil. Cinco generais e uma Junta Militar sucederam-se na presidência: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967 -1969), Junta Militar (Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Sousa e Melo de agosto a outubro de 1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974 -1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985). Segundo o Professor Gilberto Cotrim:

Uma das características dos governos militares foi o autoritarismo. Os membros do governo não se mostravam dispostos a dialogar com os diversos setores da sociedade. Por meio dos chamados Atos Institucionais (AI), os governos militares foram restringindo as instituições democráticas e impuseram

censura aos meios de comunicação, como rádio, televisão, jornais, revistas, etc. (COTRIM, 2002, p. 557)

O alto comando militar tomou medidas que restringiram as instituições democráticas, por meio dos chamados Atos Institucionais (AI), que foram decretos emitidos durante os anos após o golpe de 1964 no país. Eles serviram como mecanismo de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, e passaram por cima da Constituição Federal e do Congresso Nacional.

O Ato Institucional nº 5 assinado no dia 13 de dezembro de 1968, no governo do general Arthur da Costa e Silva, concedeu poderes absolutos aos governantes para punir aqueles que consideravam “subversivos”. O decreto permitia o fechamento do Congresso Nacional, além da intervenção do governo federal em decisões dos estados, institucionalizou a censura e proibiu o habeas corpus para presos políticos. Para Thomas E. Skidmore:

Os linhas-duras, liderados pelo ministro do interior Albuquerque Lima, fizeram saber que o Brasil precisava de 20 anos de regime autoritário. Defendiam também a necessidade de um partido novo e confiável caso o Legislativo voltasse a funcionar. Costa e Silva resumiu a opinião militar em seu primeiro discurso público depois da edição do AI-5, quando perguntou: Quantas vezes teremos que reiterar e demonstrar que a Revolução é irreversível? Nos seis meses seguintes o governo promulgou uma série de atos institucionais, atos suplementares e decretos, todos visando a aumentar o controle executivo e militar sobre o governo e os cidadãos. O Congresso foi expurgado, primeiro de 37 deputados da Arena, depois de outros 51 parlamentares, começando com Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. Carlos Lacerda, um dos principais defensores da Revolução de 1964, foi finalmente privado dos seus direitos políticos. Muitas assembleias estaduais, inclusive as de São Paulo e Rio de Janeiro, foram fechadas. No início de 1969 Costa e Silva assinou um decreto colocando todas as forças militares e policiais dos estados sob o controle do ministro da Guerra, estipulando mais que as forças estaduais



deveriam ser sempre comandadas por oficiais das forças armadas em serviço ativo. Além disso, todas as forças policiais ficariam subordinadas à agência estadual responsável pela ordem pública e a segurança interna. Cada vez mais o poder de zelar pela segurança estava passando para a esfera do governo federal, enfraquecendo a estrutura federal, a qual até os militares procuravam lisonjear. (SKIDMORE, 1988, p.166-167)

Além dessas medidas, os governantes investiram contra o poder judiciário, tornaram ilegais quaisquer críticas aos atos institucionais e colocou sob supervisão dos tribunais militares os meios de comunicação (Rádio, televisão, Jornal, Revistas). Ainda de acordo com Thomas Skidmore:

O Judiciário foi outro alvo da ofensiva governamental. Em janeiro de 1969 três ministros do Supremo Tribunal Federal foram forçados a aposentar: Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins da Silva. O presidente do Tribunal, ministro Gonçalves de oliveira renunciou em sinal de protesto. Usando o sexto Ato Institucional de 1º de fevereiro de 1969, Costa e Silva reduziu então o número de magistrados do Supremo de 16 para 11 e transferiu todos os delitos contra a segurança nacional ou as forças armadas para a jurisdição do Supremo Tribunal Militar e dos tribunais militares de categoria inferior. O governo também decretou por um ato de força a aposentadoria do general Pery Bevilacqua, ministro do Supremo Tribunal Militar que os linhasduras consideravam complacente demais com os réus. A censura ad hoc, que surgira mal coordenada em dezembro de 1968, foi regularizada em março de 1969 por um decreto que tornava ilegal qualquer crítica aos atos institucionais, às autoridades governamentais ou às forças armadas. Como se quisessem indicar de onde achavam que se originava a oposição, os arquitetos da censura também proibiram a publicação de notícias sobre movimentos de trabalhadores ou de estudantes. Toda a mídia foi colo-

cada sob a supervisão dos tribunais militares. (SKIDMORE, 1988, p.167)

Os militares ainda tomaram outras atitudes como A Suspensão por seis meses das garantias constitucionais, eleição indireta do presidente da república, autorização para que o presidente pudesse suspender direitos políticos por dez anos e cassar mandatos, demissão de funcionários públicos, fim dos antigos partidos políticos e criação de apenas dois. Um para defender o governo (ARENA – Aliança Renovadora Nacional) e um para fazer oposição (MDB – Movimento Democrático Brasileiro).

Diante desta possível realidade, muitas pessoas que eram contrárias aos militares foram presas, perseguidas, mortas e expulsas do país. Depois de dez anos de poder, o regime passava por um processo de desgaste. O governo Geisel organiza o início da abertura política, reduz o efeito da censura sobre os meios de comunicação. A crise do petróleo, a recessão mundial na economia brasileira e o crescimento da oposição política podem ser considerados uma das principais razões para que Geisel tomasse esta decisão. Em 1974, foram garantidas eleições livres para (senador, deputado e vereador) e 1978 foi extinto o AI-5 e demais atos institucionais da ditadura.

Quando o General João Batista Figueiredo iniciou seu mandato em 1979, escolhido pela eleição indireta, as críticas ao autoritarismo cresciam em diferentes setores sociais (Sindicato de Trabalhadores, grupos de empresários, associações artísticas e científicas, igreja, imprensa...). Estes segmentos reivindicavam a redemocratização do país. Diante da pressão de grande parte da sociedade, foi iniciada a abertura política e o começo da redemocratização do país.

A campanha pela redemocratização começou a dar os primeiros resultados no fim dos anos 70 e início da década de 1980. O Congresso Nacional aprovou a anistia a todos que foram punidos pela ditadura militar. Dessa forma, vários brasileiros que estavam no exílio regressaram, e as pessoas cassadas readquiriram seu direito político de poder disputar eleições. O governo decretou o fim do bipartidarismo, novos partidos foram criados para disputar as eleições seguintes. Surgiram o PDS (antigo Arena) e o PMDB (antigo MDB), outros partidos foram fundados ou retomados como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), e ressurgiu o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). As eleições diretas para governador de estado foram restabelecidas.

Depois de vinte anos afastados das práticas democráticas, no ano de 1984, o presidente seria escolhido por um colégio eleitoral, que deveria, como acontecia desde a chegada dos militares ao poder sempre, referendar o nome indicado pelos militares. Mas uma reivindicação política mobilizou o país de norte a sul, várias passeatas e comícios com milhões de pessoas exigiam o voto direto para votar no presidente da república, direito cassado pelo golpe de 1964.

O deputado do PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira apresentou ao Congresso Nacional, em 1983, uma proposta de emenda a constituição, que propunha restabelecer eleições diretas para presidente. Tal proposta tornou-se uma campanha popular que ficou conhecida como “Diretas Já”, e foi responsável pelas mais numerosas manifestações populares de nossa história. Segundo a cientista política Lucia Hippolito:

No início, eram cinco mil gatos pingados; no final, mais de um milhão de pessoas, que só queriam uma coisa: eleições diretas para presidente. A campanha das “Diretas Já!” reuniu, entre junho de 1983 e abril de 1984, a maior concentração de povo que este país já conheceu, e isto em pleno regime militar. (REVISTA O GLOBO, 2000, p. 698)

O movimento contou com a participação dos partidos de oposição e de entidades da sociedade civil, mas na sessão do dia 25 de abril de 1984, o Congresso Nacional votou a emenda. Segundo Boris Fausto, a emenda Dante de Oliveira não passou porque precisava de 320 votos de um total de 479 congressistas e recebeu 298. Desses votos, 55 eram de deputados do PDS que, apesar das pressões do governo e do partido, votaram a favor da proposta Dante[3]. A rejeição da emenda deixou vários segmentos da população e representantes da sociedade civil com suas expectativas abaladas.

### ***A EMENDA DANTE DE OLIVEIRA***

O projeto de emenda constitucional formulado pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) em 1983, recebeu o nome de Emenda Dante de Oliveira, propunha eleições diretas para presidente da república em 1985. A proposta teve apoio popular, e acabou convertendo em um dos maiores movimentos políticos da história do Brasil, conhecido como “Diretas Já”.

Apesar da pressão da sociedade civil, a emenda constitucional foi rejeitada em plenário no dia 25 de abril de 1984, mas dividiu o partido governista, a Arena, e contribuiu para

o fim da ditadura militar. Com a rejeição da emenda, a eleição para a Presidência da República de 1985 foi indireta, tendo o colégio eleitoral escolhido Tancredo Neves (PMDB) como presidente.

## **AS ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA**

O movimento “Diretas Já” teve seu desfecho no dia 25 abril de 1984, mas no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) havia grupos de oficiais militares favoráveis a promover a abertura democrática. De acordo com Boris Fausto:

O governo Geisel se associa ao início da abertura que o general presidente definiu como lenta, gradual e segura. Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões da linha-dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi, lenta, gradual e segura, pois a linha-dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo. (FAUSTO, 2000, p.491-492)

O governo Geisel procurava controlar os militares mais radicais, e temia oposição que exigia democracia e ganhava respaldo social. Como estava o Brasil na época? O que estava acontecendo? Os movimentos de manifestações ressurgiram no país, as greves ficaram mais constantes e atingiam centros industriais importantes, como ABC Paulista, e até os setores de prestação de serviços (Professores e outros Funcionários Públicos).

Uma das principais iniciativas no sentido de consolidar a abertura política, foi a revogação do AI 5, a lei de Anistia e a desmontagem do aparelho repressivo militar. Durante o combate aos opositores do regime, os órgãos de informação e segurança haviam crescido no seu contingente e no poder que detinham. O então presidente Geisel procurou combater este setor, visto como principal obstáculo à redemocratização. Segundo Skidmore:

Com suas atitudes desassombradas, Geisel demonstrara ter acumulado mais poder pessoal do que qualquer dos seus antecessores, sendo prova disso a decisão de demitir o ministro do Exército sem consultar o Alto Comando. Os presidentes militares anteriores experimentaram todos uma perda de poder dentro do Exército, quando assumiram o governo. Geisel não apenas reteve esse poder, mas o aumentou com as demissões e/ou renúncias do comandante do segundo Exército, general Ednardo, do ministro Frota e posteriormente do general Hugo Abreu. O presidente estava usando agora o seu poder aumentado dentro do Exército para promover a liberalização. (SKIDMORE, 1988, p.318)

João Batista Figueiredo ex-diretor do SNI[4] prosseguiu no caminho da abertura iniciada pelo governo Geisel, mas a linha dura formada pelos grupos reacionários das Forças Armadas e dos setores mais radicais do poder apelou para o terrorismo, numa série de atentados à bomba e sequestros. De acordo com Boris Fausto:

O processo de abertura continuou a ser perturbado no governo Figueiredo pela ação da linha-dura. Bombas explodiram em jornais da oposição e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Uma carta-bomba, enviada ao presidente da OAB, estourou na sede da entidade, matando sua secretária. Figuras da Igreja ou ligadas à Igreja, como o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito e o Jurista Dalmo Dallari, foram vítimas de sequestros. Os atos criminosos culminaram com a tentativa de explodir bombas no centro de convenções do Rio Centro, a 30 de abril de 1981. Aí se realizava um festival de música, com a presença de milhares de jovens. Uma das bombas não chegou a ser colocada. Explodiu no interior de um carro, ocupado por um sargento e um capitão do Exército; o sargento morreu no local e o capitão ficou gravemente ferido. A outra bomba explodiu a casa de força do RioCentro. (FAUSTO, 2000, p.505)

Os atentados promovidos eram uma forma a tentar persuadir a população brasileira sobre o perigo que representava a abertura, mas não evitaram a queda do regime militar e a democratização do país.

No governo Figueiredo em novembro de 1980, o Congresso Nacional por meio de uma emenda, restabeleceu eleição direta para governador. Em 15 de novembro de 1982, o pleito foi realizado, e lideranças democráticas venceram aquelas eleições como: Franco Montoro (São Paulo), Tancredo Neves (Minas Gerais), José Richa (Paraná), Gérson Camata (Espírito Santo).

Naquele período, o povo brasileiro não tinha direito de eleger um presidente da República pelo voto direto. O movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais no Brasil, ocorrido em 1983, ficou conhecido como “Diretas Já”.

Entre o final de 1983 e início de 1984, políticos de oposição ao governo de João Batista Figueiredo desenvolveram uma campanha pela realização de eleições livres para a escolha de seu sucessor. A sociedade civil (termo caro à época) ansiava pelo fim do ciclo militar e pela remoção do “entulho autoritário”, a legislação excepcional que resistia aos ventos da abertura democrática iniciada já na década anterior. (“Diretas Já”..., 1992, p.135)

Dante de Oliveira deputado federal do (PMDB) do Mato Grosso, apresentou ao Congresso Nacional o projeto de emenda constitucional, que se tornaria conhecida com seu nome, propondo o restabelecimento da eleição direta em todos os níveis e marcando para 15 de novembro de 1984 a eleição para presidente da República. De acordo com Gilberto Cotrim:

A crescente onda de insatisfação social foi canalizada, pelas lideranças políticas de oposição, para uma campanha em favor das eleições diretas para presidente da república. O objetivo era fazer com que o Congresso Nacional (ocupado por muitos parlamentares ligados ao governo militar) aprovasse a emenda constitucional, proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB – MT), que restabelecia eleições diretas para

presidente da república e acabava com o Colégio Eleitoral, criado pelo regime militar. (COTRIM, 2002, p.569)

A campanha pelas “Diretas Já” agregou diversos setores da nossa sociedade, com a participação de vários partidos contrários à ditadura militar, além de lideranças sindicais, artísticas, civis, jornalísticas e estudantis. Entre os líderes políticos de expressão nacional merece destaque o deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que ficou conhecido na época como o “Senhor Diretas”. Além dele, também se destacaram o governador de São Paulo, Franco Montoro, o de Minas Gerais, Tancredo Neves, o do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e o de Pernambuco, Miguel Arraes. Ainda devem ser mencionados os nomes do então senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB), do presidente do Partido dos Trabalhadores Luis Inácio Lula da Silva, do senador Teotônio Vilela (PMDB), do vice-governador de São Paulo Orestes Quércia (PMDB), do deputado Mário Covas (PMDB) e do deputado Dante de Oliveira (PMDB).

O movimento ganhou o apoio popular e foi seguido por uma série de comícios em quase todas as capitais brasileiras. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Brasília onde se reuniram vários participantes. Segundo o jornalista Ricardo Kotscho:

Muitos, a esta altura, fins de 83, depois da tristeza de ver apenas 15 mil pessoas reunidas no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, na primeira manifestação pró-diretas da campanha no país, desacreditavam não só do poder da Imprensa, mas na própria capacidade do povo brasileiro de se organizar contra a ditadura, a favor da democracia sem adjetivos. Para completar, naquela mesma tarde do comício do Pacaembu, a 27 de novembro, morria Teotônio Vilela, o “menestrel das Alagoas”, que sacudiu o gigante adormecido enquanto pôde. Mas veio o temido 1984 e, em lugar das desgraças totalitárias profetizadas por Orwell, vimos foi o Brasil renascer no comício de Curitiba, o primeiro da temporada que se abriria, com mais de 50 mil pessoas botando o bloco das diretas nas ruas. A partir daí, a História do Brasil começou a mudar em poucos dias. De toda parte chegavam notícias sobre a formação de novos comitês pró-diretas. O rádio, a tele-

visão, o resto da chamada grande imprensa boicotavam como podiam o movimento, sem êxito. Até que chegou, com as oposições unidas, ao Grande Comício de São Paulo, no dia do aniversário da cidade, a 25 de janeiro, na praça da Sé. O governador Franco Montoro não exagerava ao proclamar: “Estão aqui as esperanças de 130 milhões de brasileiros”. (KOTSCHO, 1984, p.13)

Nos quatro meses que antecederam a votação da emenda Dante de Oliveira, o movimento ganhou fôlego. De Curitiba, onde o primeiro comício reuniu cerca de 50 mil pessoas, as manifestações se alastraram para Vitória (ES), Salvador (BA), Campinas (SP). Treze dias após o comício de Curitiba, aconteceu a primeira manifestação de massa da campanha, na Praça da Sé, em São Paulo. Os organizadores marcaram o evento para o dia 25 de janeiro, aniversário da cidade. Ainda de acordo com Kotscho:

Nunca, antes, em sua história de 430 anos completados ontem, São Paulo viu algo igual – centenas de milhares de pessoas transbordando da Praça da Sé para todos os lados, horas debaixo de chuva, num grito uníssono: eleições diretas para presidente. (KOTSCHO, 1984, p.35)

Os comícios seguintes arrastaram multidões nas cidades e capitais por onde o movimento das “Diretas Já” marcou presença. Na reta final deste movimento, em abril de 1984, foram realizados dois comícios que sobressaíram: no Rio de Janeiro em frente à igreja da Candelária e no centro de São Paulo no vale do Anhangabaú. Segundo Boris Fausto:

O movimento pelas diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país. A campanha das “diretas já” expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos proble-



mas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar. (FAUSTO, 2000, p.509)

Em 25 de abril de 1984, a câmara votava a emenda Dante de Oliveira, após 17 horas de discussão, a emenda constitucional acabou sendo derrotada por pequena margem de votos: faltaram apenas 22 votos para aprovação. Mas 113 deputados, todos do então PDS não compareceram, e a proposta Dante acabou rejeitada, apesar dos 298 votos favoráveis, 65 contrários e 3 abstenções. De acordo com Skidmore:

A votação terminou sem que a emenda conseguisse, para ser aprovada, a maioria de dois terço. Perdeu somente por 22 votos. Precisava de 320 votos de um total de 479 congressistas, e recebeu 298. Destes votos, 55 eram de deputados do PDS que votaram a favor, apesar da forte pressão da liderança do partido e do Planalto. A campanha chegara mais perto da vitória do que alguém teria ousado prever um ano ou mesmo seis meses atrás. Não menos importante, seus organizadores haviam realizado as maiores concentrações políticas vistas no Brasil. (SKIDMORE, 1988, p.471)

O movimento pela redemocratização do Brasil sofreu um revés, as mobilizações populares de norte a sul do país não bastaram para evitar a rejeição, pela Câmara dos Deputados, da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira. O resultado manteve a eleição indireta para a sucessão do presidente João Batista Figueiredo, mas naquele ano de 1984, no colégio eleitoral, foi realizada a última eleição indireta. O PMDB indicou Tancredo Neves, enquanto o PDS escolheu Paulo Maluf. Tancredo venceu a disputa, mas não chegou a ser empossado na presidência. Ele faleceu no dia 21 de abril de 1985, quem assumiu o seu mandato foi o vice, José Sarney. De acordo com a cientista política Lucia Hippolito:

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral, encerrando 21 anos de desastrosa intervenção militar e recebendo como legado um país falido: dívida externa de US\$ 100 bilhões, inflação de 223% ao ano. (REVISTA O GLOBO, 2000, p. 699)

A volta do poder civil em 1985, a aprovação de uma nova Constituição Federal em 1988 e a realização de eleições diretas para Presidente da República em 1989 pode ser considerada consequência da Emenda Dante de Oliveira no processo de redemocratização do Brasil.

## *REDE GLOBO E A POLÊMICA COBERTURA DAS “DIRETAS JÁ”*

Um dos assuntos polêmicos no período da redemocratização brasileira foi a cobertura da Rede Globo no movimento das “Diretas Já”, entre março de 1983 a abril de 1984. A emissora carioca sofreu e ainda sofre críticas do trabalho jornalístico realizado na época. Em 1983, o país ainda era dominado pelo Regime Militar, diversos segmentos da sociedade brasileira (artistas, estudantes, trabalhadores, políticos diretistas, dentre outros) se mobilizavam pela aprovação da emenda à Constituição, criada pelo então deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que buscava garantir aos eleitores o direito de votar no Presidente da República.

Em vários municípios e capitais brasileiras ocorriam comícios organizados por partidos oposicionistas e com a participação de artistas e intelectuais, em que reuniam milhares de brasileiros impulsionados pela vontade de exercer plenamente a cidadania. Enquanto o rádio e a mídia impressa podem ser considerados veículos de comunicação que destacaram a reação do povo contra o regime autoritário, a Rede Globo foi acusada de não cobrir o fato com a devida importância que ele apresentava.

Em 2004, a Globo lançou o livro *Jornal Nacional – A notícia faz história*, publicado pela Zahar Editores, em comemoração ao 35º aniversário do Jornal Nacional divulgou no jornal *O Globo* em 2003, um artigo de Ali Kamel (então diretor executivo de jornalismo da emissora) para procurar responder aos ataques recebidos, ao longo dos anos, por suposta omissão, ao movimento popular das “Diretas Já”.

Qual foi a postura adotada pela Rede Globo no período inicial dos comícios? Como explicar a cobertura jornalística do comício de São Paulo, na Praça da Sé? Qual foi o posicionamento de alguns profissionais da emissora envolvidos na cobertura? A resposta para estes questionamentos e o conhecimento de alguns autores e jornalistas como: Mario Sergio Conti, Daniel Herz, Venício A. de Lima, Carolina Matos, Boris Fausto, Thomas Skidmore sobre a proposta de Emenda Dante de Oliveira podem ser funda-

mentais para análise e compreensão da conduta jornalística da tevê Globo no episódio das Diretas, e nas suas consequências no restabelecimento da democracia no país.

No capítulo será discutida a cobertura polêmica da emissora carioca, com relação à campanha pelas eleições diretas no país, e o confronto de opiniões sobre o tema. Além disso, será abordado o processo de implantação e a influência da Rede Globo.

## O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA REDE GLOBO E A INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O surgimento da *Rede Globo*[5] de televisão ocorreu em 1965, período em que militares estavam no poder e boa parte do material transmitido pelos veículos de comunicação era censurado pelo regime. Nesta época, redações de jornais, estúdios de televisão e estações de rádios foram invadidos, tendo suas programações censuradas. Segundo informações do livro *Jornal Nacional – A notícia faz história*:

Os métodos da censura variavam. Algumas vezes, ele vinha sob a forma de comunicações oficiais e memorando, outras diretamente por telefone. A imprensa recebia uma espécie de índice de assuntos proibidos e nomes de pessoas que não poderiam ser entrevistadas ou mencionadas. Fatos considerados delicados para o governo provocavam a presença na emissora de oficiais do Serviço Nacional de Informação (SNI) e da Polícia Federal. (*Jornal Nacional...*, 2004, p.36)

De acordo com Venício A. de Lima[6], desde o Ato Institucional nº 5, decretado em 1968, até 1980, existiu uma censura oficial permanente na mídia brasileira, especialmente na televisão. Os tentáculos da censura alcançavam desde o conteúdo das telenovelas até os telejornais. O alvo principal era o líder de audiência na TV, o *Jornal Nacional* da Rede Globo. A partir de 1980, no entanto, o desdobramento do processo político provocou o fim da censura oficial e as emissoras de televisão não mais receberam as até então rotineiras mensagens dos agentes do regime.

Na década de 1960 do século passado, as principais emissoras de televisão eram a *Record*, *Tupi* e a *Excelsior*. Para enfrentar a concorrência, a Rede Globo se aliou ao grupo americano Time-life, e conseguiu estruturar seus estúdios com equipamentos

superiores aos dos concorrentes. Segundo Daniel Herz, autor do livro “A história secreta da Rede Globo”:

Entre 16 de junho de 1962 a 12 de maio de 1966, a TV Globo recebeu do grupo Time-Life um total de US\$ 6.090.730,53 o que era equivalente, a câmbio de maio de 1966, a mais de Cr\$10,120 bilhões. É preciso considerar, porém, na análise dessas cifras que a expressão do mercado, publicitário e da receita da emissora de televisão, naquela época, era muito menor que atualmente. O ingresso de mais US\$ 6 milhões numa emissora de televisão tinha, na época, muita expressão. A Globo e seu associado norte-americano mobilizaram todos os recursos necessários para uma montagem impecável da emissora. (HERZ, 1991, p.193)

A parceria com o grupo estrangeiro não era permitida por lei. A constituição promulgada em 1946 e vigente em 1962 proibiam, no artigo 160, a presença de capital estrangeiro, em qualquer meio que fosse fruto de concessão estatal. Ainda de acordo com Daniel Herz:

Os contratos assinados pela Globo, antes de qualquer outra análise, inequivocamente violaram o Código Brasileiro de Telecomunicações (lei 4117 de 27/8/62) e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto 52.795 de 31/10/63).(HERZ, 1991, p.107)

Para muitos, a verdade é que Roberto Marinho associou-se “ilegalmente” a um grupo estrangeiro contra as leis brasileiras. Após ser formada uma CPI para apurar os fatos, uma série de manobras políticas, procuraram demonstrar que o contrato entre Globo e Time-Life era legal. De acordo com Venício A. de Lima:

O acordo Globo/Time-life fora concretizado em 1962, sendo portanto anterior ao movimento militar que depusera o presidente João Goulart. Após 1964, não obstante os resultados da CPI que comprovaram sobejamente o envolvimento ilegal do grupo brasileiro com seu congênere norte-americano, o regime autoritário preferiu desconhecer não só o relatório

final da CPI como também o parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações. Depois de um tortuoso processo legal, o segundo presidente militar, general Artur da Costa e Silva, encerrou o caso em setembro de 1968. Na longa tramitação do processo, estiveram envolvidos líderes empresariais, militares e tecnoburocratas, cujo comprometimento com o movimento de 1964 demonstra inequivocamente a forte ligação entre as Organizações Globo e o “bloco histórico” que “conquistou” o Estado brasileiro naquele ano. Fica claro, a partir de então, o comprometimento recíproco entre o regime autoritário e a Rede Globo. (LIMA, 2004, p.157)

O polêmico acordo assinado com o grupo estrangeiro Time-Life e a suposta ligação com o regime implantado em março de 1964 foram responsáveis pelo crescimento da Rede Globo de Televisão? Para Boris Fausto:

As facilidades de crédito pessoal permitiram a expansão do número de residências que possuíam televisão: em 1960, apenas 9,5% das residências urbanas tinham televisão; em 1970, a porcentagem chegava a 40%. Por essa época, beneficiada pelo apoio do governo, de quem se transformou em porta-voz, a TV Globo expandiu-se até se tornar rede nacional e alcançar praticamente o controle do setor. A propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira na história do país. (FAUSTO, 2000, p.484)

Já na década de 1970, com o crescimento do número de televisores, a emissora despontava como o canal de maior audiência da televisão brasileira. Segundo Venício A. de Lima, a Rede Globo, ao fim da década de 1970, podia anunciar que “Dos 10 programas mais assistidos no Rio e em São Paulo, 10 são da Globo”.<sup>[7]</sup> A estruturação econômico-financeira garantiu a Rede Globo o quase monopólio da mídia televisiva no país. Ainda de acordo com Venício A. de Lima:

A presença da Rede Globo de Televisão como importante ator em momentos decisivos do processo político brasileiro

recente deveria constituir-se em tema de interesse para os estudiosos das relações entre a mídia e a política. A TV Globo do Rio de Janeiro, que entrou em funcionamento em 1965, foi o primeiro passo para construção da maior rede de comunicação do país e, ao mesmo tempo, da empresa líder de um conglomerado econômico-financeiro – as Organizações Globo – com interesses em áreas tão diversas que vão desde os meios de comunicação de massa até uma fábrica de bicicleta. Os veículos do grupo – o jornal de maior circulação do país, a segunda rede de emissoras de rádio, revistas, editoras e a quarta maior rede de televisão do mundo – foram sempre utilizados como porta-vozes das posições e dos interesses do proprietário do conglomerado, o “doutor” Roberto Marinho. A liderança da Rede Globo, desde a década de 1970, entre as empresas das Organizações Globo, se explica, entre outras razões, pelo fato de que durante muitos anos o líder absoluto de audiência de todos os programas da televisão brasileira foi seu telejornal noturno, o Jornal Nacional. (LIMA, 2004, p.141-142)

No decorrer dos anos seguintes, as Organizações Globo consolidou-se líder absoluta na indústria de comunicação no Brasil e passou a exercer influência na maior parte da sociedade brasileira. Segundo Daniel Herz:

A infraestrutura de telecomunicações dinamizou sobremaneira a operação em rede nacional, iniciada pela TV Globo, que disparou na audiência, praticamente monopolizando o mercado nacional. (Herz, 1991, p.214)

A empresa de Roberto Marinho conseguiu a aceitação do público, e passou a ser líder de audiência e referência para os telespectadores nas telenovelas, programas de entretenimento e nos telejornais. O jornalismo passou a ser considerado “o padrão de verdade” e o Jornal Nacional, primeiro programa noticioso da TV brasileira levado ao ar em rede nacional, em 1969, se transformou no programa jornalístico preferido dos telespectadores brasileiros.

Nesses 35 anos, a sofisticação dos nossos instrumentos de trabalho somou-se ao progresso do sistema de afiliação de emissoras, que dividem conosco um mesmo corpo de valores, para transformar a Rede Globo – cinco emissoras próprias e 112 afiliadas – no único veículo de comunicação presente em todo o território nacional, com redações completas e bem equipadas. Nenhum outro órgão de mídia tem o alcance da Rede Globo. Não é por acaso que, se algo acontece em qualquer cidade do Brasil, é na Globo que os brasileiros se informam em primeiro lugar. Apenas a Rede Globo está, com repórteres, cinegrafistas e editores, nos 27 estados brasileiros, em 117 municípios, cobrindo literalmente o Brasil inteiro. Ao todo, são 4500 jornalistas para contar os brasileiros o que acontece no país. (Jornal Nacional..., 2004, p. 12)

Os acordos “polêmicos” da Rede Globo na década de 60 do século XX, como a assinatura do contrato com o grupo norte-americano Time-Life e a possível adesão ao regime militar (1964-1985), não tiraram o domínio e a liderança da emissora carioca no setor brasileiro de comunicação. As perguntas que ficaram daquele período continuaram repercutindo e são feitas até hoje: As Organizações Globo agiram de forma errada? A empresa de Roberto Marinho pode ser considerada criminosa e ilegal?

## ACUSAÇÕES E DEFESAS DA COBERTURA DA REDE GLOBO NO MOVIMENTO DAS “DIRETAS JÁ”

A Rede Globo de televisão foi - e ainda é - alvo constante de críticas, pela forma como divulgou nos seus telejornais, o episódio do movimento das “Diretas Já” entre 1983 a 1984. Naquela época, nas principais cidades brasileiras foram realizados comícios com objetivo de exigir eleições diretas para Presidência da República. Segundo Carolina Matos,

A campanha das Diretas Já, de 1984, marcou profundamente a história brasileira. Menos pelo fato do movimento cívico não ter sido bem-sucedido ao exigir o retorno da democracia representativa civil, e mais porque ofereceu um desafio inquestionável à continuidade da ditadura militar (1964-

1985) no país, servindo como catalisador para o fim de um regime autoritário que começava a entrar em definitiva decadência. Manifestações cívicas em massa exigindo Diretas Já ocuparam as principais ruas das capitais do Brasil durante os últimos meses de 1983 e os primeiros de 1984. As marchas tinham como objetivo principal pressionar os deputados a aprovar no Congresso, em 25 de abril de 1984, a emenda constitucional de Dante de Oliveira, restabelecendo as eleições diretas para presidente. (MATOS, 2008, p.50)

A Rede Globo e seu departamento de jornalismo foram acusados de não manifestar opiniões favoráveis ao movimento das “Diretas Já” e muitas vezes ignorar eventos ligados ao movimento, até que ficasse patente demais para ser ignorado. Segundo Venício A. de Lima:

Do ponto de vista da televisão brasileira, o fato central foi a omissão de cobertura, por parte da Rede Globo, de qualquer evento relacionado com a campanha das Diretas Já durante 90 dias, até duas semanas antes da votação da Emenda Dante de Oliveira. (LIMA, 2004, p.152)

A Rede Globo alega que cobriu o movimento das Diretas, desde o momento em que Dante de Oliveira protocolou sua emenda na Câmara dos Deputados, em março de 1983. No mesmo mês daquele ano, o então repórter Antônio Britto, em uma matéria para o Jornal Nacional, entrevistou o então líder do PMDB, Freitas Nobre que informou aos telespectadores qual seria a estratégia da oposição para aprovar a proposta Dante.

A Rede Globo acompanhou toda movimentação política em torno da tramitação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso. Já no dia 29 de março de 1983, o Jornal Nacional apresentou uma matéria, de dois minutos e 17 segundos, informando que a executiva do PMDB se reuniria na semana seguinte para lançar a campanha. O repórter Antônio Britto entrevistou o líder do PMDB na câmara, deputado Freitas Nobre, que expôs a estratégia da oposição para aprovar o projeto. Ao ser indagado sobre as cisões dentro do PMDB,



respondeu: “É natural a divergência, o PMDB congrega uma série de tendências. Algumas delas até conflitantes, mas de qualquer forma há um ponto central que nos une que é o retorno a normalidade constitucional e democrática”. (Jornal Nacional..., 2004, p.154).

Os quatro meses que antecederam a votação da proposta da emenda constitucional Dante de Oliveira, No dia 25 de abril de 1984, foram dedicados à organização de comícios, que se realizaram por todas as regiões do país. Segundo Ricardo Kotscho:

O Brasil era cada vez mais verde-amarelo outra vez, principalmente amarelo, a cor oficial da campanha, adotada a partir de uma ideia simples lançada pelo editor paulista Caio Graco Prado, que teve a ousadia de lançar esse livro, com a história ainda viva dos acontecimentos destes seis meses, de novembro de 1983 até este abril de 84, que mudaram a paisagem brasileira. (KOTSCHO, 1984, p.15)

Em 12 de janeiro de 1984, a cidade de Curitiba no estado do Paraná, foi palco do comício de lançamento nacional da campanha das “Diretas Já”. Aproximadamente 50 mil pessoas saíram às ruas para defender, na capital paranaense, a restauração das eleições diretas para a Presidência da República. A Rede Globo não divulgou o evento no seu principal telejornal (Jornal Nacional). Para Venício A. de Lima:

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

Essa omissão chegou ao ponto de a Rede Globo ignorar completamente o comício de Curitiba em seu Jornal Nacional, um evento político sem precedentes naquela capital, que levou às ruas um total aproximado de 50 mil pessoas. (LIMA, 2004, p.152)

As manifestações pró-diretas na fase inicial também não foram divulgadas pela TV de Roberto Marinho em rede nacional. A emissora confirma que o comício de Curitiba e os seguintes de Salvador, Vitória e Campinas foram acompanhados apenas pelos noticiários locais. Por que a Rede Globo adotou esta postura?

O primeiro que marcou o lançamento nacional da campanha pelas diretas – ocorreu em Curitiba, no Paraná, 12 de janeiro de 1984, e reuniu cerca de 50 mil pessoas. Nos dias seguintes, novas manifestações aconteceram em Salvador, com 15 mil pessoas, Vitória, com 10 mil, e Campinas, São Paulo, com 12 mil. A Globo acompanhou os comícios apenas nos telejornais locais. Naquele primeiro momento, as manifestações não entraram nos noticiários de rede. Roberto Marinho, em matéria publicada na revista *Veja* de 5 de setembro de 1984, explicou: “Achamos que os comícios pró-diretas poderiam representar um fator de inquietação nacional e, por isso, realizamos num primeiro momento apenas reportagens regionais. Mas a paixão popular foi tamanha que resolvemos tratar o assunto em rede nacional” (*Jornal Nacional...*, 2004, p.156).

As emissoras concorrentes da Globo (*Bandeirantes* e *Manchete*) estavam cobrindo nos seus telejornais, para todo país, a campanha das “Diretas Já”. Muitos telespectadores tinham essa alternativa para acompanhar o noticiário das Diretas, no *Jornal da Manchete*. De acordo com Venício A. de Lima:

Ao posicionar-se sistematicamente por distorção, omissão e promoção de informação contra causas populares, a Rede Globo entrou em via de colisão com a imensa maioria de seu público telespectador. Essa via de colisão poderia representar, a curto prazo, mais do que pedradas em repórteres e vaia a atores. Poderia representar perda de audiência, credibilidade e, por conseqüência, de anunciantes e lucros. Até porque, durante 90 dias de seu quase silêncio em relação à campanha das Diretas Já, por exemplo, uma das redes surgidas em 1980 e que havia começado a funcionar em meados de 1983, a Rede Manchete de Televisão, tentava firmar seu principal telejornal, em horário quase simultâneo ao *Jornal Nacional*, cobrindo exatamente a campanha e se apresentava, portanto, como uma alternativa para os telespectadores. (LIMA, 2004, p.154-155)

A TV Globo percebendo que poderia perder telespectadores para a Rede Manchete, começou a tratar do tema das “Diretas Já” em rede nacional. O primeiro registro foi o comício do dia 25 de janeiro de 1984, em São Paulo, na Praça da Sé. Naquele dia, feriado municipal e data do aniversário da cidade, o Jornal Nacional exibiu a matéria, que é considerada uma das maiores polêmicas, da cobertura do jornalismo da emissora carioca. O telejornal foi acusado de divulgar o assunto de maneira distorcida, apresentando como mais um evento em comemoração ao aniversário da capital paulista. Segundo Eugênio Bucci, em seu livro *Sobre Ética e Imprensa*:

No dia 25 de janeiro de 1984, o Jornal Nacional tapeou o telespectador. Mostrou cenas de uma manifestação pública na praça da Sé, em São Paulo, e disse que aquilo acontecia em virtude da comemoração do aniversário da cidade. A manifestação era real: lá estavam dezenas de milhares de cidadãos em frente a um palanque onde lideranças políticas discursavam. Mas o motivo que o Jornal Nacional atribuiu a ela não passava de invenção. Aquele comício nada tinha a ver com fundação de cidade alguma. A multidão estava lá para exigir eleições diretas para a Presidência da República. O Jornal Nacional enganou o cidadão naquela noite - e prosseguiu enganando durante semanas a fio, ao omitir as informações sobre a campanha por eleições diretas. Para quem só se inteirasse dos acontecimentos pelos noticiários da Globo, a campanha das diretas não existia. (BUCCI, 2000, p.29)

O Jornal Nacional não teria mostrado o comício realizado em 25 de janeiro na Praça da Sé, em São Paulo? A posição da Rede Globo e do Jornal Nacional no episódio pode ser considerada omissão e busca da distorção das manifestações das “Diretas Já”? Segundo Mario Sergio Conti:

Em 25 de janeiro de 1984, o patrão estava irredutível. Para aquele dia, aniversário de fundação da cidade de São Paulo, fora marcado um ato público na Praça da Sé. Centenas de milhares de pessoas compareceram. No palanque se encontravam desde o presidente do PT, o Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, até Tancredo Neves, do Partido do

Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, passando por cantoras, compositores, atores e atrizes de novelas da Globo. O próprio apresentador da manifestação, o locutor de futebol Osmar Santos, era um astro da Rádio Globo. Com a Bandeirantes e a Manchete dando flashes ao vivo e dedicando a maior parte de seus noticiários à manifestação na Sé, Boni imaginou uma maneira de mencioná-la, ao mesmo tempo que cumpria a ordem de não noticiá-la. Numa reunião na sala de Armando Nogueira, determinou que uma repórter falasse da Praça da Sé, em menos de vinte segundos, que ali estava sendo comemorado com um show o aniversário de São Paulo. Não deu certo: além de omitir, a Globo foi acusada de distorcer a verdade. (CONTI, 1999, p.38)

Como explicar a cobertura jornalística do comício de São Paulo, na Praça da Sé? A Rede Globo apresenta sua versão, a emissora afirma que o Jornal Nacional do dia 25 de janeiro de 1984, não omitiu a notícia do comício a favor das Diretas.

Naquele dia, o telejornal exibiu reportagem de dois minutos e 17 segundos sobre o tema. Mas a matéria provocou polêmicas. Com o passar dos anos, fatos misturaram-se a mitos até que uma versão falsa ganhasse as páginas de muitos livros sobre o assunto: a Globo teria omitido que o comício era uma manifestação pelas diretas; em vez disso, teria dito que se tratava apenas de uma festa em comemoração aos 430 anos da cidade de São Paulo (Jornal Nacional..., 2004, p.157)

No entanto, é evidente que a chamada da matéria omitiu o objetivo do comício, a Globo admitiu que a chamada lida pelo então apresentador do Jornal Nacional, Marcos Hummel, sugeriu erradamente que o comício fazia parte dos festejos do aniversário de São Paulo.

O locutor leu a chamada: “festa de São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na Praça da Sé.” (Jornal Nacional..., 2004, p.157)

A chamada parecia não levar em consideração a dimensão política do comício. Em seguida, no noticiário, a matéria do repórter Ernesto Paglia efetivamente mostrou a manifestação, em uma reportagem na qual aparecem a multidão na praça, alguns dos que discursaram na tribuna e o pedido de eleições diretas para presidente da República.

A reportagem de Ernesto Paglia relatou com todas as letras o objetivo político do evento: pedir eleições diretas para Presidente da República. A íntegra da matéria era a seguinte: São Paulo, 430 anos, nove milhões de brasileiros vindos de todo país. A cidade de trabalho. São Paulo fez feriado hoje para comemorar o aniversário. Foi também o aniversário do seu templo mais importante, a catedral da Sé. De manhã, na missa, o cardeal arcebispo Dom Evaristo Arns lembrou o importante papel da catedral da Sé nesses 30 anos em que ela vive no coração da cidade: 'Nessa igreja se promoveu praticamente a libertação de um povo que quer manifestar-se como povo. Eu acho que isso é fundamental para uma igreja mãe que é tratada com tanto carinho'. E junto com a cidade aniversariou também hoje a Universidade de São Paulo. A USP completou 50 anos de existência. A ministra da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz, foi à USP hoje. Ela falou da importância da Universidade com suas 33 faculdades e 45 mil alunos e assistiu a uma inesperada manifestação de estudantes e funcionários. Eles tomaram o anfiteatro com faixas e cartazes e pediram verbas para a educação, eleições diretas para reitor e para presidente da República. Mais tarde, milhões de pessoas vieram ao centro de São Paulo para, na Praça da Sé, se reunir num comício em que pediam eleições diretas para presidente. Não foi apenas uma manifestação política. Na abertura, música, um frevo do cantor Moraes Moreira. A praça da Sé e todas as ruas vizinhas estão lotadas. [Panorâmica da multidão e das ruas ao lado, tomadas.] No palanque mais de 400 pessoas, deputados, prefeitos [imagens do palanque, com destaque para os políticos] e muitos artistas, Cristiane Torloni, Regina Duarte, Irene Ravache, Chico Buarque, Milton Gonçalves, Estér Goes, Bruna Lombardi, Alceu Valença, Fer-

nanda Montenegro, Gilberto Gil. A chuva não afasta o povo. Os oradores se sucedem no palanque e ninguém arreda pé. O radialista Osmar Santos apresenta os oradores. O governador de São Paulo, Franco Montoro, fez o discurso de encerramento: 'Um dos passos na luta da democracia. Houve a anistia, houve a censura, o fim da tortura; mas é preciso conquistar o fundo do poder que é a Presidência da República'. (Jornal Nacional..., 2004, p.157)

Em 2003, no jornal O Globo, Ali Kamel então diretor executivo da Rede Globo, lançou o artigo "A Globo não fez campanha; fez bom jornalismo". As considerações de Kamel, depois de quase vinte anos, defenderam o Jornal Nacional da acusação de não ter feito a cobertura do movimento das "Diretas Já". Segundo Ali Kamel:

A fita está à disposição. Não houve omissão. Está tudo na reportagem de Paglia. Já na USP, a menção, com imagens, do protesto dos estudantes pedindo diretas para presidente. E as imagens da praça lotada, o motivo do comício dito com todas as letras, a ênfase na disposição cívica do povo 'que não arreda pé nem com a chuva', os políticos mostrados no palanque e o discurso final, na voz de Montoro, forte, incisivo, em tom de convocação. Sim, na noite de 25 de janeiro de 1984, os brasileiros se informaram na Globo de que um comício pelas diretas se realizara em São Paulo. (TV Globo e as diretas: a versão de Ali. Disponível em [www.viomundo.com.br/buraco-negro/tv-globo-e-as-diretas-a-versao-de-ali/](http://www.viomundo.com.br/buraco-negro/tv-globo-e-as-diretas-a-versao-de-ali/).)

### **AS PRESSÕES SOFRIDAS PELA REDE GLOBO NA COBERTURA DAS "DIRETAS JÁ".**

A maioria dos setores da sociedade brasileira (políticos defensores das diretas, estudantes, artistas, esportistas, trabalhadores dentre outros) esperava uma cobertura mais engajada da Rede Globo no movimento das "Diretas Já". Segundo Carolina Matos:

A TV Globo foi o veículo da grande mídia acusado por jornalistas e acadêmicos de ter subestimado o impacto político de

algumas das manifestações pelas Diretas. (MATOS, 2008, p.27)

A emissora alega que a pressão sofrida pelos militares impediu de fazer a cobertura jornalística das diretas.

Se por um lado segmentos da população pressionavam a Rede Globo para noticiar com mais destaque as manifestações pelas diretas, por outra a emissora vinha sendo pressionada pelos militares a simplesmente não cobrir os eventos. (Jornal Nacional..., 2004, p.158)

Diante deste possível contexto, no episódio das eleições diretas para presidente, o então diretor de telejornais de rede da Globo Woile Guimarães e o então vice-presidente de operações da TV Globo José Bonifácio de Oliveira Sobrinho – o Boni, alegaram que os militares fizeram pressão contra Roberto Marinho, para não fazer a cobertura jornalística do movimento das “Diretas Já”, e ameaçaram a retirada da concessão para o funcionamento da emissora.

Woile Guimarães, então diretor dos telejornais de rede, diz que ministros e generais ligavam para Roberto Marinho, ameaçando até mesmo retirar a concessão para funcionamento da emissora: “Acho que foi a maior pressão que a Rede Globo sofreu. Eu acompanhei um pouco a luta intestina aqui dos profissionais, tentando solidarizar com o Dr. Roberto, que recebia pressões, talvez as maiores das quais eu fui testemunha.” Boni confirma: “Naquele momento, a pressão sobre Roberto Marinho foi intensa. Foi uma frustração para mim e para toda a equipe de jornalismo, uma tristeza para o Armando Nogueira e a Alice-Maria, não poder fazer a cobertura de maneira adequada. Nós ficamos limitados pelo poder de audiência que a TV Globo tinha. Isso foi uma tristeza muito grande, mas entendo que naquele momento o Dr. Roberto não podia resistir”. (Jornal Nacional..., 2004, p.158)

As considerações de Woile Guimarães e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho levam-nos a entender que não havia saída para a Rede Globo. Roberto Marinho estava de mãos atadas? Segundo Mario Sergio Conti:

Desde o final de 1983 as manifestações se sucediam. Quanto mais gente juntavam, maior o impacto da ausência delas no Jornal Nacional. O ministro Leitão de Abreu, da Casa Civil, convencera Roberto Marinho de que a campanha era nociva ao governo do presidente João Batista Figueiredo e, portanto, ao bem-estar nacional. O melhor era ignorá-la. Assim foi feito, em prejuízo para a credibilidade da rede. Seus repórteres e veículos foram hostilizados, enquanto os da Bandeirante e da Manchete, que noticiavam a campanha, eram alvo de simpatia. (CONTI, 1999, p.37)

A Rede Globo sustenta a versão que não omitiu nenhuma informação na cobertura do movimento das “Diretas Já” e que sofria constantes ameaças do governo militar. Segundo o então diretor da Central Globo de Jornalismo, Armando Nogueira:

“Esse é um episódio muito interessante, que demonstra a submissão de que a televisão é exposta como alvo de pressão do poder dominante. Claro que não convinha para o Palácio do Planalto que órgãos de comunicação, particularmente a Globo, dessem exposição a um movimento que pretendia exatamente ir contra os interesses do poder dominante. Portanto, vocês podem imaginar as pressões que a alta direção da empresa e, por consequência, nós, a corporação, sofreremos”. (Jornal Nacional..., 2004, p.167)

Já Ali Kamel em seu artigo divulgado pelo jornal O Globo em 2003, fez a seguinte declaração:

A minha tese é que não há má-fé por parte de quem difunde a acusação de que a Globo não cobriu o comício de São Paulo. Eu sou fortemente inclinado a supor que a Globo é tão querida, e tão reconhecidamente competente, que muitos não a perdoaram por não ter feito uma campanha pelas diretas, no



estilo das que faz em época de Copa do Mundo. Esquecem-se de que a ditadura ainda estava forte, tão forte que as diretas foram votadas sob a vigência das medidas de emergência, um dispositivo constitucional, decretado nas vésperas da votação, que proibiu manifestações populares em Brasília (lembram-se do general Newton Cruz, em seu cavalo, dando chicotadas em carros presos num engarrafamento?) e proibiu a transmissão por emissoras de rádio e televisão da sessão do Congresso Nacional que acabaria rejeitando as diretas-já. Não, a Globo não fez uma campanha, mas não deixou de fazer bom jornalismo. (TV Globo e as diretas: a versão de Ali. Disponível em [www.viomundo.com.br/buraco-negro/tv-globo-e-as-diretas-a-versao-de-ali/](http://www.viomundo.com.br/buraco-negro/tv-globo-e-as-diretas-a-versao-de-ali/).)

Para a Rede Globo de Televisão, a censura impediu que se desenvolvesse um trabalho de maior cobertura, mas a emissora sofreu acusações de manter laços com o governo militar. De acordo com Carolina Matos:

As Organizações Globo – e isso inclui O Globo – em 1984 ainda encontravam-se imersas em variadas formas de pressão política. A cobertura que fez da campanha das Diretas – Já inevitavelmente refletiu uma posição pró-governo, evidenciando uma linha editorial que encontrava eco na posição geral do regime de suspeição da oposição. (MATOS, 2008, p.81)

Durante o período de 1964 a 1985, a relação da Rede Globo de televisão com o Regime Militar apontava para um alinhamento entre as duas instituições. Segundo Venício A. de Lima:

A consolidação da Rede Globo se deu paralelamente à implantação no Brasil de um modelo econômico excludente e de um regime autoritário, dos quais a Rede Globo foi não só importante aliada, mas cúmplice. Do ponto de vista econômico, foi indispensável o papel da Rede Globo na integração de um país de dimensões continentais, via integração de seu mercado consumidor. Do ponto de vista político, a progra-

mação da Rede Globo foi indispensável como portadora de uma mensagem nacional de otimismo desenvolvimentista, fundamental para dar sustentação e à hegemonia do autoritarismo. (LIMA, 2004, p. 161).

Em entrevista concedida ao Jornalista Roberto D'Ávila, que foi ao ar em 28 de dezembro de 2005, a propósito do comício da Praça da Sé, Boni confirmou algumas das limitações impostas, naquele momento:

"A campanha das diretas foi uma censura dupla: primeiro a censura da censura, depois a censura do doutor Roberto [Marinho]. Como a televisão é uma concessão do serviço público, eles [os militares] sempre mantinham uma pressão muito grande dentro da televisão. No momento das Diretas-Já eles ameaçaram claramente a Globo de perder a concessão ou de interferir mais duramente no entretenimento. Então, o doutor Roberto não queria que se falasse em Diretas-Já. Eu fui o emissário final do pessoal do jornalismo na conversa com doutor Roberto e ele permitiu que a gente transmitisse aquilo ali dizendo que havia um show pró-Diretas-Já, mas sem a participação de nenhum dos discursantes, quer dizer, a palavra e o que se dizia, estava censurado. O Roberto Irineu combinou com o doutor Roberto que deixasse transmitir os comícios das Diretas-Já e que ele (Roberto Irineu) ficaria na sala dele, com o controle na mão, pra impedir qualquer coisa que fosse mais grave. Era um artifício para convencer o doutor Roberto que aquilo podia ir, tanto que ele foi pra sala dele e jamais cortou alguma coisa. Mas a Globo entrou atrasada na campanha das Diretas-Já por conta da pressão em cima da principal emissora e por conta do doutor Roberto Marinho ter algum temor de perder a concessão". (Censura nas Diretas. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=361ASP013>)

A versão apresentada por Boni é diferente da que aparece no livro "Jornal Nacional - A Notícia Faz História". O texto publicado no livro não faz nenhuma referência a uma intervenção direta de censura por parte de Roberto Marinho no movimento das "Diretas Já". O suposto envolvimento entre a Rede Globo e o governo militar pode ser considerado o motivo principal das pressões sofridas pela emissora, na cobertura das manifestações populares pró-diretas.

## **A COBERTURA DA REDE GLOBO NA RETA FINAL DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA**

Depois da polêmica cobertura da Rede Globo no comício de São Paulo, na Praça da Sé, no dia 25 de janeiro de 1984. A emissora carioca ainda sofreu mais críticas por sua cobertura jornalística em outras manifestações pró-diretas. No dia 24 de fevereiro de 1984, Belo Horizonte contou com mais de 300 mil pessoas exigindo eleições diretas para presidente. De acordo com Ricardo Kotscho:

Mas, se ainda restava alguma dúvida sobre determinação deste povo, o Grande Comício de Minas, a 24 de fevereiro, foi um marco importante, definitivo: lá estavam mais de 300 mil pessoas na avenida Afonso Pena não admitindo outra conversa que não fosse a imediata restituição do direito do povo brasileiro decidir sobre o seu próprio destino, resumido no grito uníssono: "diretas já".(KOTSCHO, 1984, p.15)

A Rede Globo foi criticada por não destacar para os telespectadores a importância da manifestação na capital mineira. De acordo com Venício A. de Lima:

O comício foi realizado no dia 24 de fevereiro e levou às ruas centrais daquela capital mais de 300 mil pessoas, número superior ao verificado em São Paulo. Mais uma vez a RGVTV minimizou o evento no Jornal Nacional, apresentando apenas rápidas imagens da multidão e de oradores, acompanhadas de um texto que não retratava a magnitude da manifestação popular. (LIMA, 2004, p.152)

A versão da Rede Globo é que o Jornal Nacional apresentou a manifestação de Belo Horizonte, em uma matéria de um minuto e meio. Na abertura da reportagem, a jornalista Valéria Sffeir destacou que o comício era favorável ao movimento das “Diretas Já”.

Na escalada do JN, o apresentador informou: “Milhares de pessoas participam do comício pelas diretas em Minas”; e, em seguida, na abertura da reportagem: “Em Belo Horizonte, está se realizando neste momento o comício pelas eleições diretas. Os principais oradores ainda não falaram. Sete governadores da oposição e o presidente do PMDB estão no palanque. O comício está se realizando em clima de muita tranquilidade, como recomendou o governador Tancredo Neves”. Numa matéria de um minuto e meio, a repórter Valéria Sffeir mostrou os preparativos para o comício e as caravanas de manifestantes que chegavam de diversos locais do estado. (Jornal Nacional..., 2004, p.159)

Nos comícios posteriores de reivindicação para eleições diretas para presidente, a emissora carioca realizou cobertura jornalística somente nos noticiários locais.

Em seguida, comícios menores foram realizados em Aracaju (26 fev), Juiz de Fora (29 fev), Anápolis (8 mar), Campinas (22 mar) e São Bernardo do Campo (23 mar), contando com presença de aproximadamente 20 a 30 mil pessoas. A cobertura foi feita apenas pelos telejornais locais. (Jornal Nacional..., 2004, p.159)

Já na reta final das “Diretas Já”, no dia 10 de abril de 1984, no Rio de Janeiro na Candelária, foi realizado um dos mais importantes comícios da campanha. Segundo Ricardo Kotscho:

Se alguém ainda tinha alguma dúvida antes desse histórico 10 de abril, que fique sabendo que o Brasil se reencontrou definitivamente com seu destino, na grande cruz formada pelo mar humano que, a partir da Candelária, inundou a avenida Presidente Vargas, para lá da praça da República, e a avenida Rio Branco até a Cinelândia, de um lado, até a praça

Mauá, de outro, explodindo num grito só, há muito tempo parado no ar, ao mesmo tempo de basta e esperança. (KOTSCHO, 1984, p.96)

A maioria dos veículos de comunicação do Brasil passou a apoiar a proposta Dante de Oliveira, a partir do comício que foi realizado na capital carioca, em 10 de abril de 1984. De acordo com Carolina Matos, a manifestação da Candelária foi considerada o pico do movimento das “Diretas Já”. Um milhão de pessoas foram às ruas. Nesse momento, praticamente toda a mídia mostrou seu apoio de forma entusiasmada.[8] Segundo Venício A. de Lima:

A Rede Globo inesperadamente, depois de 90 dias de quase um silêncio, mudou seu comportamento e, pela primeira vez desde que a campanha havia começado em Curitiba, ofereceu à sua audiência nacional, durante todo o dia, uma ampla cobertura de todo o evento. (LIMA, 2004, p.153)

A emissora de Roberto Marinho fez uma cobertura jornalística intensa, no decorrer de sua programação, os telespectadores puderam assistir durante todo o dia, flashes ao vivo dos preparativos do comício. O evento teve destaque no Jornal Nacional e no Jornal da Globo.

No dia 10, cerca de um milhão de pessoas se reuniu na Candelária, no Rio de Janeiro. A Globo cobriu, então, com grande destaque, o evento, dedicando-lhe quase uma hora da sua programação. Foram apresentados diversos flashes durante todo o dia, mostrando desde a chegada dos primeiros manifestantes até o fim do comício. O assunto ocupou nove minutos do Jornal Nacional e invadiu a novela das oito. Toda a parte final do comício foi transmitida ao vivo, com os discursos de Ulysses Guimarães e Leonel Brizola. E, mais tarde, a cobertura do comício ocupou 16 dos 21 minutos do Jornal da Globo. (Jornal Nacional..., 2004, p.160)

As coberturas anteriores da Rede Globo de Televisão para todo Brasil, nos comícios de São Paulo e Belo Horizonte ocuparam espaço reduzido na programação do Jornal Nacional. As manifestações de Curitiba, Vitória, Campinas, Salvador, Aracaju, Juiz de Fora,

São Bernardo do Campo, dentre outras, foram destacados apenas nos telejornais locais. No comício da Candelária foi feita uma cobertura jornalística intensa. Por que a Rede Globo optou por adotar esta postura na manifestação do Rio de Janeiro? De acordo com Venício A. de Lima:

Em janeiro de 1984, já se tornara público que as Organizações Globo apoiavam o vice-presidente Aureliano Chaves, também um dissidente do regime, como candidato às eleições indiretas para a presidência da República. No entanto, como a campanha das Diretas Já começava a mobilizar largas faixas da população e se revelava capaz de ampliar o leque das adesões, incluindo banqueiros, empresários locais e grandes setores da classe média, tudo indica que o grupo dissidente de Aureliano Chaves e Roberto Marinho sentiu-se pressionado a negociar com a oposição política ao regime autoritário que queria as eleições diretas. Existem notícias de que um primeiro encontro entre Roberto Marinho e Tancredo Neves aconteceu em março de 1984. Pelo que se sabe, foi feito um acordo e a Rede Globo começou finalmente a cobrir a campanha pelas Diretas Já para todo o país, a partir do grandioso evento realizado no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1984. (LIMA, 2004, p.171)

0 As supostas ligações entre Roberto Marinho e Aureliano Chaves no final do governo Figueiredo diminuíram as pressões dos militares sobre a Rede Globo? A tevê do Rio de Janeiro admite que as pressões do governo militar sempre foram constantes no caso das “Diretas Já”, mas atingiu o seu auge no dia 10 de abril de 1984. Antes do principal telejornal (Jornal Nacional) entrar no ar, um helicóptero do Exército sobrevoava a sede da Rede Globo, de acordo com declarações do então vice-presidente executivo, Roberto Irineu Marinho, as pressões aumentaram, chegando ao ponto, de ele ter na manhã daquele dia, a visita de um general do Exército. O militar questionou se a Globo transmitiria a totalidade do Comício. Mais tarde, antes do noticiário das oito começar, um helicóptero com soldados apontou uma metralhadora para os estúdios da tevê, parou por alguns minutos, e depois continuou seu sobrevôo. Segundo o relato de Roberto Irineu Marinho:

Eu recebi pela manhã um general do Exército que havia chegado à TV em dois jipões com tropa armada. O general queria saber se a Globo iria transmitir direto a totalidade do comício. Disse ao general que estávamos nos preparando para dar flashes do comício e que não transmitiríamos os trechos que contivessem agressões às Forças Armadas, pois não achávamos construtivo. Tínhamos colocados várias pequenas tevês na estante da minha sala ao lado de uma grande que ficava ligada na Globo. Nas pequenas tevês colocamos o sinal da Bandeirante, da Manchete e do SBT, além do sinal do caminhão de externas e do PVW [Preview]. Em frente à mesa tínhamos um suporte de madeira com aparelhos de comunicação ligados ao caminhão de externas e ao controle de jornalismo e três telefones vermelhos diretos. Pouco antes da hora em que iríamos começar as transmissões reuniram-se na minha sala Boni, Armando Nogueira, Roberto Buzzoni [diretor nacional de programação] e Pedro Carvalho [assessor de vice-presidência executiva]. Otto Lara Resende [diretor adjunto] e o Evandro Carlos de Andrade [diretor de redação do jornal O Globo] estavam no restaurante do 10º andar e entravam de vez em quando na sala. Começamos a transmitir flashes ao vivo. Voltávamos então para o filme da tarde. Por volta das 16 h 30 ou 17 h um helicóptero grande do exército circunda o prédio da TV na altura do 10º andar e paira em frente à minha janela. Dentro do helicóptero estavam, além do piloto e co-piloto, alguns militares fardados e uma metralhadora apontada para nós. Ali ficaram parados por alguns infindáveis minutos e depois partiram. Nunca consegui saber de onde partiu a ordem para que o helicóptero viesse nos assombrar. (Jornal Nacional..., 2004, p.160-161)

Mesmo diante desta possível realidade, a Rede Globo acompanhou outros dois comícios a favor das eleições diretas que foram realizados em Goiânia e Porto Alegre. Segundo Ricardo Kotscho, no dia 12 de abril de 1984, Goiânia reúne um mínimo de 30% de sua população (na época de 800 mil habitantes) em comício pela emenda Dante de Oliveira. Já Porto Alegre no dia 13 de abril de 1984, contou com 200 mil pessoas.[9]

O JN cobriu os preparativos para as manifestações nas duas cidades e, com entradas ao vivo em seu noticiário, deu as últimas informações sobre os eventos. (Jornal Nacional..., 2004, p.161)

Mas o último comício antes da votação da emenda Dante de Oliveira é considerado uma das maiores manifestação pública da história do Brasil. O evento foi realizado no dia 16 de abril de 1984, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, com quase 1,5 milhão de pessoas. Ainda de acordo com Kotscho, no Vale do Anhangabaú, pouco antes das seis e meia da tarde, governadores, presidentes de partidos, autoridades em geral e penetras agarraram à faixa das “Diretas Já”, e todos se deram conta que não era uma passeata só, mas muitas, vindas de todos os cantos, batendo mais uma vez, em questão de poucos dias, o recorde de gente em manifestações públicas no Brasil.[10]

No dia da manifestação paulista, o então presidente João Batista Figueiredo (1979-1985) encaminhou ao Congresso Nacional proposta de reforma, com objetivo de modificar 38 artigos da Constituição, para estabelecer eleições diretas presidenciais em 1988. A Rede Globo fez a cobertura do comício do Vale do Anhangabaú e divulgou para os telespectadores a proposta do presidente Figueiredo e as repercussões.

O último grande comício antes da votação da emenda Dante de Oliveira se realizou no dia 16 de abril, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Reuniu quase um milhão e meio de pessoas. Naquele mesmo dia, em Brasília, o presidente João Figueiredo enviou ao Congresso Nacional proposta de ampla reforma alterando 38 artigos da Constituição e estabelecendo a eleição direta para presidente apenas em 1988. Era a resposta do governo à emenda Dante de Oliveira. A edição do Jornal Nacional foi praticamente toda dedicada aos dois acontecimentos políticos do dia. As informações sobre a emenda do presidente e suas repercussões foram acompanhadas pelos repórteres de Brasília Pedro Rogério, Álvaro Pereira, Marilena Chiarelli e Antônio Britto, ao passo que as manifestações no Vale do Anhangabaú foram acompanhadas pelos repórteres Tônico Ferreira, Ernesto Paglia, Carlos Nas-



cimento, Carlos Dorneles e Carlos Tramontina, entre outros. (Jornal Nacional..., 2004, p.161)

## **AVERSÃO DE ALGUNS PROFISSIONAIS DA REDE GLOBO ENVOLVIDOS NA COBERTURA DAS DIRETAS JÁ**

A Rede Globo fez cobertura jornalística intensa nas manifestações do Rio de Janeiro na Candelária e em São Paulo no Vale do Anhangabaú, reta final da Emenda Dante de Oliveira. Mas esta mudança de atitude não livrou a emissora das críticas e polêmicas, alguns autores condenaram a postura da tevê carioca no episódio das “Diretas Já”. Segundo Daniel Herz:

Os jornais que o Dr. Roberto põe no ar ou bota à venda desconhecera a campanha das diretas até o penúltimo comício, quando milhões de pessoas já tinham saído às ruas (a primeira em São Paulo, dia 25 de janeiro de 1984, foi noticiada como ‘festa de aniversário da cidade’) e quando as multidões já tinham até um estribilho para saudar a omissão da Globo. (HERZ, 1991, p.26-27)

Para o historiador Thomas Skidmore:

Quando a campanha começou, a TV, sobretudo a TV Globo, ignorou os comícios, por instruções do governo. (SKIDMORE, 1988, p.468)

Já para Venício A. de Lima:

A Rede Globo manteve um quase silêncio por 90 dias e só iniciou a cobertura da campanha quando uma nova configuração do “bloco histórico”, articulada com a participação direta de Roberto Marinho, com ou sem eleições diretas. (LIMA, 2004, p.173)

Alguns profissionais da Rede Globo envolvidos na cobertura jornalística do movimento das “Diretas Já” apresentam outra versão. De acordo com o então repórter da cobertura em Brasília, Pedro Rogério:

“O Jornal Nacional não podia fazer aventuras. Se ele fizesse aventuras, ele estava indo no caminho errado, exatamente na contramão daqueles que queriam que o Brasil afinal erguesse a bandeira da democracia. O comportamento do Jornal Nacional nesses últimos anos de governo militar foi de mestre, foi exemplar. Foi um comportamento de sabedoria política, ao contrário do que muitas pessoas podem pensar. A TV Globo estava apostando na democracia, por isso teve as cautelas necessária.” (Jornal Nacional, 2004, p.171)

Já para o então diretor de Telejornalismo Comunitário Alberico de Sousa Cruz:

“Alguns amigos me pediram e, autorizado pelo Armando Nogueira, tive uma conversa com o Dr. Roberto. Eu fui explicar para ele o que era a campanha das diretas, que a Globo precisava entrar nisso. Qual não foi minha surpresa: O Dr. Roberto vira-se para mim e fala assim: ‘Olha, jovem, eu nunca determinei que a Globo não cobrisse a campanha’. Eu falei: ‘Como, Dr. Roberto!?’ Aí, ele falou: ‘Não, o que eu disse ao Boni foi o seguinte: pode cobrir, agora, com responsabilidade, sem que a TV Globo se torne instrumento de a, b ou c’. Então, falei: ‘Mas o senhor quer, então, é responsabilidade nessa cobertura?’ Ele falou: ‘É’. ... Aí voltei e falei: ‘Olha, nós vamos cobrir. Eu vou viajar: onde tiver manifestação, eu vou, porque estou achando o seguinte: o medo do Dr. Roberto é a gente não ter o controle da cobertura. Então eu vou cobrir, eu vou para todas as praças’, e fomos para São Paulo, por exemplo, onde fizemos a cobertura sem nenhum problema, com chamadas, com entradas ao vivo durante a tarde inteira”. (Jornal Nacional..., 2004, p.168)

Já para Armando Nogueira, então diretor da Central Globo de Jornalismo:

As passeatas, as manifestações, aquilo acabou se transformando em uma avalanche. E a Rede Globo, com o instinto de sobrevivência que sempre teve seu patrono, Roberto Mari-

nho, não poderia ficar insensível a isto, embora estivesse duramente pressionado pelo Palácio do Planalto, a não prestigiar o que se supunha, no Palácio do Planalto, ser apenas uns arroubos patrióticos, quando na realidade era uma manifestação irresistível da consciência nacional. Era a personificação do Hino Nacional, da bandeira nacional na cara dos jovens, na ansiedade dos políticos de oposição, em todas as comunidades. Foi um episódio épico da história do Brasil, que ganhou na verdade uma grande dimensão quando as câmeras da Rede Globo mostraram o comício da Candelária. Não foi uma vitória da Rede Globo, mas uma vitória da consciência nacional. (Jornal Nacional..., 2004, p.168)

Depois de vinte cinco anos, o trabalho jornalístico da Rede Globo no movimento das “Diretas Já” ainda é um tema polêmico, a versão oficial da emissora da cobertura da emenda Dante de Oliveira foi feita através do lançamento do livro “Jornal Nacional – A Notícia Faz História”. Em aproximadamente 18 páginas do livro, a Globo traz a justificativa da cobertura no episódio, através de narrativas e os depoimentos (de repórteres, de diretores de jornalismo, e editores). Por outro lado as versões consagradas de vários livros e pesquisadores acusam a Rede de Globo de distorção e omissão no caso das diretas. Portanto, cabe ao leitor uma reflexão a exposição de detalhes de bastidores desta pesquisa, sobre um daqueles episódios fadados ao debate inesgotável: a postura da Rede Globo na campanha das “Diretas Já”.

## *CONCLUSÃO*

No final do trabalho, vale destacar que verificamos que o campo político e ideológico encontra nos mecanismos de comunicação um canal influente, de propagação de mensagens. Os meios de comunicação e mais precisamente pela televisão é que a maior parte da população consome imagens, discursos e variedade de dados sobre um processo político, o que ajuda conformar ou legitimar determinadas visões. A hegemonia da Rede Globo sobre as outras redes de tevê ainda é uma realidade nos dias atuais, mas nas décadas de 80 e 90 do século passado, era ainda mais forte.

Na campanha das “Diretas Já” entre março de 1983 e abril de 1984, o papel da Rede Globo no início do episódio foi procurar projetar o movimento de maneira inferior à

magnitude que se constatava, diminuindo ou silenciando a importância da campanha. Enquanto os outros canais de comunicação mostraram com ênfase a importância da realização do ato político de oposição ao regime vigente.

A Rede Globo acompanhou de forma discreta todo o processo de tramitação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, noticiou os debates, encontros e entrevistas. No ano de 1984, ocorreu o crescimento da campanha. Já em janeiro daquele ano, aconteceu um comício de lançamento nacional do movimento das “Diretas Já” em Curitiba e a emissora inicialmente manteve a mesma postura do ano anterior com coberturas sem maiores repercussões, o evento na capital paranaense foi noticiado apenas no telejornal local. Nos comícios seguintes, a TV de Roberto Marinho adotou os mesmos critérios e cobriu as manifestações somente nos noticiários regionais.

A primeira exibição em rede nacional da campanha foi no Jornal Nacional, em 25 de abril de 1984, em São Paulo, na Praça da Sé, aniversário da cidade. A reportagem é considerada a grande polêmica da cobertura da Rede Globo. Para a emissora carioca o motivo da repercussão foi a escalada do Jornal Nacional da data do dia 25 de janeiro de 1984, sem referências ao comício, mas sim o aniversário de São Paulo. O fato foi sentido na chamada de entrada do telejornal, então apresentado por Marcos Hummel. Mas o que foi reiterado no decorrer da matéria, produzida pelo jornalista Ernesto Paglia, era o objetivo político da manifestação.

A sociedade civil organizada exigia maior destaque das manifestações pró-diretas, e chegou até a depredar automóveis da Rede Globo. Os militares pressionavam para que não fosse feita a cobertura do evento, ameaçando retirar a concessão da emissora, segundo informações da própria TV Globo. Mas conforme crescia a campanha das “Diretas Já” era inevitável a cobertura jornalística da movimentação.

No fim da campanha em abril de 1984, especificamente nos comícios do Rio de Janeiro, na Candelária, e de São Paulo, no Vale do Anhangabaú, a Rede Globo de Televisão adotou outra postura, e passou a fazer a cobertura jornalística intensa das diretas para todo país. A verdade, no entanto, é que a trajetória da tevê carioca foi de omissão com relação à cobertura da emenda Dante de Oliveira, na maior parte do tempo.

Enfim, podemos nos perguntar se era isso exatamente o que o brasileiro esperava de uma emissora líder de audiência no país. Nos dias atuais, já passados 25 anos do processo de redemocratização, e questiona se toda aquele silêncio (ou prudência) com

relação a cobertura da Rede Globo no movimento das “Diretas Já” não foi por medo das retaliações dos militares ou apreensão pela possibilidade da perda da concessão. A mudança de atitude terá sido motivada pela possível perda de audiência para outras emissoras de televisão na cobertura daquele evento tão importante para o país? O que estava em jogo: a luta pela audiência, receio da censura ou interesses empresariais? A resposta? Deixamos para os leitores fazerem uma reflexão.

## *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

BUCCI, Eugênio. Sobre Ética e Imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. O golpe de 64 e a ditadura militar. São Paulo: Moderna, 2004.

CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COTRIM, Gilberto. História Global: Brasil e Geral – volume único. São Paulo: Saraiva, 2002.

“Diretas-já”. Folha de São Paulo. In: 20 TEXTOS QUE FIZERAM HISTÓRIA. São Paulo. 1992, p. 135.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2000.

HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. São Paulo: Editora Ortiz S/A, 1991.

HIPPOLITO, Lucia. O Brasil quer votar (e já) para presidente. Revista O Globo 2000. Rio de Janeiro: 2000 p.698-699.

Jornal Nacional – A notícia faz história, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

KAMEL, Ali. “A Globo não fez campanha; fez bom jornalismo”. Disponível no site

KOTSCHO, Ricardo. Explode um novo Brasil – Diário da Campanha das Diretas. São Paulo: ed. Brasiliense s.a., 1984.

LIMA, Venício A.de. Mídia Teoria e Política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MATOS, Carolina. Jornalismo e Política Democrática no Brasil. São Paulo: Publifolha, 2008.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. “Caso Diretas-Já foi ‘censura dupla’, Diz Boni”. Disponível no site <http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=361ASP013>> . Acesso em: 06 out 2009.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo 1964 – 1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

---

[1]O candidato paulista Jânio da Silva Quadros foi apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), partido político que representava fielmente os grandes proprietários de terras e os setores ‘liberais’ defensores da abertura do mercado interno brasileiro ao capital estrangeiro e do fim dos privilégios que estavam sendo concedidos a grupos industriais emergentes. Jânio Quadros ganhou as eleições de 1960 para presidência com 48% da preferência do eleitorado e larga vantagem sobre o segundo colocado, o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato da coligação PTB-PSD.

[2] Em 1955, João Goulart foi eleito vice-presidente do Brasil, na chapa PTB/PSD. Na ocasião, obteve mais votos que o presidente eleito Juscelino Kubitschek. Na eleição de 1960, foi novamente eleito vice-presidente, concorrendo pela chapa de oposição (PTB/PSD) ao candidato Jânio Quadros. Esse arranjo tornou-se possível graças ao “jeitinho” de as elites brasileiras caçarem votos. Na época, a legislação vigente permitia votar no candidato a presidente de uma chapa e escolher para seu vice o de outra.

[3]Dante de Oliveira, eleito deputado federal em 1982 pelo PMDB, assumiu em 1º de janeiro de 1983 e desde então começou a coletar as assinaturas para apresentar o projeto de emenda constitucional que estabelecia eleições diretas (170 assinaturas de deputados e 23 de senadores). No dia 2 de março, de 1983, finalmente apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5.

[4]O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964, com o objetivo de coordenar as atividades de informações e contra-informações em todo Brasil. Possuía secretarias específicas para acompanhar as atividades dos sindicatos, da Igreja e dos vários grupos políticos clandestinos que atuavam no país. O órgão vigiava os negócios realizados no exterior por empresas privadas, e controlava as atividades parlamentares e partidárias em todo território nacional.

Entre os seus diretores, estiveram os ex-presidentes da República Emílio Garrastazu Médici e João Batista Figueiredo, além dos generais Golbery do Couto e Silva, Octávio Aguiar de Medeiros, Newton Cruz e Ivan de Souza Mendes. O SNI foi extinto em 1990, por decisão do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

[5]Em 1911, Irineu Marinho, no Rio de Janeiro, criou o impresso "A Noite". Com o sucesso do vespertino, Marinho decide fundar um segundo jornal, Em 29 de julho de 1925, o empresário fundou "O Globo". Mas mal viu o crescimento do seu jornal, pois 23 dias depois ele morreria (com apenas 49 anos), deixando aos filhos seus dois jornais. A partir daquele 21 de agosto, os filhos começaria a construir junto aos jornais a Empresa Jornalística Brasileira e a Rio Gráfica Editora (futura Editora Globo).

Como sócio majoritário dos irmãos Marinho, Roberto tornou-se chefe do jornal "O Globo" apenas em 1931. Em 1944 deu mais um grande passo: inaugurou a Rádio Globo. E assim as empresas começavam a compor as "Organizações Globo". E treze anos depois, 1957, as Organizações Globo conseguiriam a concessão do canal 4 do Rio de Janeiro. O grande salto da empresa aconteceu com a inauguração da Rede Globo de televisão em 1965, com a qual a empresa se tornou líder no segmento de mídia e expandiu negócios, até atingir e consolidar o pioneirismo tanto de audiência como de faturamento.

[6]Venício Artur de Lima nasceu em Sabará, Minas Gerais, em 1945. É formado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e tem mestrado em Publicidade e Marketing e doutorado em Comunicações e Estudos Latino-Americanos pela University of Illinois, Urbana-Champaign, Estados Unidos. É também jornalista e publicitário.

[7] Quando o processo Globo-Time-Life foi encerrado pelo general Costa e Silva, em 1968, as Organizações Globo já detinham concessões de televisão nos três principais mercados do país: Rio de Janeiro (Canal 4), São Paulo (Canal 5) e Belo Horizonte (Canal 12). Nos quatro anos seguintes, a Rede Globo se instalaria também em Brasília, a capital do país, e em Recife, a principal cidade do nordeste brasileiro, além de ter, em 1972, mais três emissoras afiliadas. A partir daí a Globo deslança uma agressiva política de contratos de afiliação. Dessa forma, em 1973 já eram seis as emissoras afiliadas, número que mais do que dobrou no ano seguinte, chegando a 13. (LIMA, 2004, p.160)

[8] O comício ocorreu na frente da Igreja da Candelária, maior manifestação pública da história do Brasil até então.

[9] Ricardo Kotscho nasceu dia 16 de março de 1948, em São Paulo. Ele é um jornalista brasileiro, e recebeu por quatro vezes o Prêmio Esso de Jornalismo – o mais importante da categoria, no Brasil – e é autor, entre outros livros, de *A prática da reportagem* (Ática), *Serra Pelada: uma ferida aberta na selva* (Brasiliense) e *Explode um Novo Brasil – Diário da Campanha das Diretas* (Brasiliense).

[10] Aos políticos, já faltavam palavras para expressar emoção de ver o Vale do Anhangabaú transformado numa maré humana como nunca se viu igual no Brasil. Parecia que São Paulo inteira havia saído para as ruas, como quem vai atrás do trio elétrico, com uma diferença: aqui, todos sabiam exatamente onde queriam chegar. (KOTSCHO, 1984, p.101)